



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: ANDREA MATARAZZO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA- PLANO DIRETOR.

LOCAL: CEU.PQ. ANHANGUERA –R: PEDRO JOSÉ DE LIMA, S/N-PERUS.

DATA: 14/12/2013

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Qualidade de som incompatível com a transcrição
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, estão abertos os trabalhos da 40ª audiência pública PL 688/13, que trata do Plano Diretor Estratégico. Essa audiência vem sendo publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, desde de 8 de novembro de 2013. Foi também publicada no Diário de São Paulo, no dia 11/11 e no Jornal Folha de São Paulo no dia 12/11. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, na pessoa da Núria, Técnica da Secretaria irá fazer uma apresentação que inaugura o debate no dia de hoje. Depois teremos a palavra da Subprefeita Jaqueline. Anunciamos também a presença do ex-vereador Claudio Prado.

Com a palavra a Sra. Núria.

A SRA. NÚRIA – Bom dia a todos. Farei uma apresentação breve do conteúdo do plano diretor. O plano diretor parte da seguinte ideia: temos o Município de São Paulo muito grudado, muito junto com outro município. Passamos uma rua e já estamos no município vizinho. Precisamos ter essa preocupação. O nosso Município não está isolado. Precisamos pensar o nosso desenvolvimento, pensando também em nossos municípios vizinhos. É importante essa estrutura metropolitana. Essa relação que os municípios tem entre si, isso estava no nosso horizonte, pensar isso, pensar como fazemos essa relação, de forma que o nosso Município não fique pensando suas políticas sempre isoladamente, por outro lado, pensamos ser importante os eixos de transporte. Temos de ter a liberdade, não só de ir para o trabalho com mais tranquilidade, voltar para casa, mas também passear. Podemos final de semana ir para um parque mais de longe de casa, mas precisa de transporte coletivo. Não podemos depender do carro. É importante que aperfeiçoe os eixos de transporte para a cidade de São Paulo. E por outro lado a cidade têm muita desigualdade. Têm bairros muito bem inseridos de infraestrutura, de hospitais, de escolas, e outros com uma carência enorme, às vezes sem água, esgotamento sanitário, regularização fundiária para as casas, casas

regulares, pessoas com a segurança da posse de onde moram. Temos de combater a vulnerabilidade da cidade. O plano diretor tem cinco grandes capítulos. O primeiro título do Plano Diretor, fala dos princípios de quem tiver na cadeira da Prefeitura do Município de São Paulo, deve olhar, prestar atenção e todo os secretários, todo poder público e toda cidade. O Plano Diretor não é só para quem está no Poder Público, mas é também para o empreendedor, para o pequeno proprietário, para os industriais, todos que moram na cidade, tem de entender, conhecer, o que o Plano Diretor coloca como regra para não poder se instalar na cidade. Esses princípios objetivos é o direito à cidade, temos todos nós. a gestão democrática, tem uma série de princípios que vocês já conhecem e vários de vocês já participaram da nossa primeira discussão, coordenada pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, vocês já estão bastante cientes de tudo isso. O título 2 é aquele que procura dar uma ordem para o território da cidade. procura dizer em que parte da cidade posso fazer o que. O outro título fala dos sistemas ambientais urbana, Toda cidade tem sistemas: como de transportes, saneamento. Nesse título o Plano Diretor diz quais os investimentos prioritários, o que deve fazer em cada uma dessas áreas que dão estrutura para cidade. Gestão democrática: que mecanismo que a sociedade irá ter sempre aprimorado para poder participar e de fato interferir nos rumos das políticas da cidade de São Paulo. O primeiro título irá falar das macrozonas, dividir o território em pequenos pedaços, vai dizer o que pode e o que não pode fazer. Pela divisão Perus está na macroárea de proteção e recuperação ambiental. A cidade está dividida em duas grandes macrozonas: proteção e recuperação ambiental e reestruturação e qualificação urbana. Essa divisão é para ter o seguinte horizonte: naquela parte que é de proteção e recuperação ambiental, é onde temos, não só pedaços de vegetação, temos curso d'água, o solo muito frágil. Uma serie de características ambientais que temos de preservar, recuperar, tratar com cuidado. Essas grandes manchas aqui o restante da cidade que é a macrozona de estruturação e qualificação. Ela precisa ser melhorada. Vocês conhecem muito bem onde vocês moram e sabem que não é tudo verdinho assim não. Temos de reconhecer que a cidade tem vicio de fato. As pessoas

moram, trabalham aqui, tem comercio importante aqui em Perus. O que temos de fato? Uma divisão interna. Dentro daquela grande manha verde, temos pedaços de Perus, pedaços da cidade que temos de dar um tratamento especial. Tem regras para continuar se desenvolvendo e que temos de ter uma atenção especial com relação aos investimentos públicos. Em Perus temos praticamente todas as macroáreas. Aqui, é de fato, a preservação dos Ecossistemas naturais. Aqui temos partes importantes, pedaços de vegetação original que precisamos preservar de fato. Todo o restante da nossa área, assim como a cidade toda, podemos ver que tem coisas diferentes. Tem a área de recuperação ambiental, área de concentração maior de vulnerabilidade. Aquilo que eu disse. Aquelas carências todas que precisamos suprir para que o bairro tenha mais recurso, para uma região mais qualificada e mais próxima de outras regiões da cidade também mais qualificada que tem mais recursos, como empregos, equipamentos públicos. Tem de espalhar isso para a cidade de uma forma mais igualitária para não ficar essa grande diferença. Uma das estratégias do Plano Diretor, especialmente para tratar de uma das vulnerabilidade que é a falta de moradia, para a população de baixa renda, foi colocar, gravar no Plano Diretor algumas áreas reservar alguns pedaços de terra para uma política especifica que são as zonas especiais de interesse social. Na nossa região temos várias dessas zonas especiais, temos as ZEI-1, que são as áreas que estão gravadas onde já existem assentamentos precários. Seja favelas, loteamentos irregular, para essas têm uma serie de políticas especificas para regularizar, para melhorar as áreas de riscos, eliminar essas áreas de risco, dar condições para as pessoas que moram hoje na área de risco morar em um lugar digno. Temos também as ZEIs-2, essa parte azul são as áreas ainda não ocupadas, ou seja, são áreas livres, que podem ser usadas justamente para atender essa demanda da habitação popular. Tivemos um aumento em toda à cidade em relação ao que já foi gravado em 2002. Estamos revendo o Plano Diretor de 2012, estamos atualizando e melhorando, aquele de 2002. O Plano de agora manteve aquelas áreas que já estavam gravadas pelas ZEIs e ampliou as áreas de ZEIs. Outra preocupação do Plano Diretor é também com a preocupação de moradia

emprego. Como fazemos isso? Uma das formas, é nas redes que estruturam a cidade, em termos de transporte, quais são? As linhas de Metrô, linhas de trem, monotrilho e corredores de ônibus, promover, incentivar o desenvolvimento específico naquele entorno, para isso o que fizemos? Colocamos todas essas linhas que estavam projetadas para acontecer, já existem e pensou em estabelecer um critério que é o seguinte: linha de influência. Áreas de influência. A cada linha de transporte, temos uma área que está no entorno dessa área e incentivar ocupação ordenada mas que aproveite essas linhas, esses novos corredores para que tenhamos moradia junto ao emprego. O que estamos fazendo? No plano diretor incentiva, primeiro estabelece dizendo que uma certa envolta de cada um dos corredores que serão implantados e dos que existem hoje, do Metrô, da linha de trem, tudo, que possamos requalificar, melhorar aquele entorno. Tem vários incentivos em que estabelecemos qual é área de influência. Qual é o tamanho dessa área de influência. Isso está ainda sendo discutido a própria Câmara está estudando isso, a equipe técnica para melhorar. Hoje a proposta que veio do Executivo é isso. 400m no entorno das estações de metrô e nos corredores 150m. Mas a Câmara Municipal de São Paulo ainda está melhorando. O Plano Diretor tem várias regras e vários incentivos para que nessas áreas, no entorno temos habitação junto comércios, serviços, empregos. O uso misto. Outra proposta para que o térreo dos prédios que sejam implantados, seja comércios, para que tenha espaço para que as pessoas inclusive, possam caminhar e usar esse espaço como espaço público. Nas áreas que foram desenvolvidas sem risco, os planos diretores anteriores não propôs isso, o que aconteceu? Os prédios vão crescendo em áreas boas, com boas infraestrutura, com ônibus próximo mas cheio de muros em volta, sai do ônibus e está no muro. Ai você tem de andar muito para encontrar alguma coisa. Não tem comercio, não tem nada. isso deixa a cidade insegura, ninguém gosta de andar na rua com muro dos dois lados. A gente gosta de andar em uma rua assim? Ficamos muitos inseguros. Isso faz parte da questão da segurança. As vagas de carro também diminuíram, porque fica perto do serviço de transporte, então tenho de me incentivar o uso do carro. Quem

vai morar ali quem de fato uso o transporte coletivo, que a maioria de nós aqui. Outro critério, foi dizer o quanto pode construir. Para cidade toda, você pode construir um determinado tanto de metros quadrados, nessas áreas onde você quer incentivar que se construa mais para poder, justamente melhorar a região, propõe que eles possam construir um pouco, a mais, do que em relação ao restante da cidade, para poder, justamente incentivar, onde a gente quer que seja e não ficar em cada um vai para onde quer e sem uma diretriz clara.

Vou passar bem rapidinho para poder entrar no debate.

O outro título exatamente prevê as regras do investimento prioritário para sistemas ambientais, reserva líquida de elevação, parque, para sistema de saneamento, abastecimento de água, esgoto, drenagem. Então, o sistema de mobilidade, melhoria nas avenidas principais, nas ruas, no transporte coletivo, na circulação de pedestres, a implantação das ciclovias, que tem que estar previsto no plano de mobilidade, o sistema hidroviário, enfim. Nos equipamentos urbanos sociais também, investimento em educação, esportes, saúde, assistência. E outra questão que também é bastante presente nessa reunião que é a redução de riscos. A gente tem que eliminar os riscos e as ocupações que estão em áreas de risco. O Plano Diretor vai propor várias ações prioritárias para tudo isso que está colocado. Por que é prioritário? Para que os governos que venham, o Plano Diretor é para dez anos, então não é só para esse Governo, mas esse Governo precisa respeitar o que ele previu agora no programa de metas tem que estar no Plano Diretor, se não é incoerente, então os governantes que vierem eleitos por nós tem que respeitar o que está nessa lei, é prioritário fazer isso. Não adianta querer fazer uma ponte se o prioritário é reduzir o risco. Não adianta fazer uma grande avenida se o Plano Diretor dizia que era importante uma grande avenida em Perus, não em Pinheiros, estou dizendo genericamente. Então o Plano Diretor é para orientar, e por isso que é participativo, para que as pessoas possam dizer também o que elas acham prioritário e a gente fazer os valores prioritários.

Vai dar conta de tudo? Não. Não é para dar conta de tudo. O Plano Diretor dá

algumas diretrizes, mas cada um desses sistemas aqui tem seus planos específicos. A gente tem, por exemplo, na habitação, e aqui eu reconheço aqueles da luta pela habitação, nós temos o Plano Municipal de Habitação, nós temos um Plano de Saneamento. Então nós temos outros planos que complementam o Plano Diretor e que prevê outros investimentos, novas ações, porque São Paulo não é só a que está no Plano Diretor, São Paulo é muito mais que isso, precisa muito mais do que está no Plano Diretor. Mas cada coisa deve ser vista dentro da sua área e vai ser planejada na sua área. Então o Plano Diretor traz os mapas dos parques que vão ser implantados, das ações de saneamento, das ações de educação. Isso tudo vocês tem no Plano Diretor impresso, isso está colocado, das ações de bacia, que vou passar rapidamente.

Por fim, no último título, o que o Plano Diretor coloca? Como as pessoas podem e devem participar da definição de todas essas políticas públicas que tornam a cidade melhor, ou não melhoram a cidade. Todas essas políticas públicas que estão colocadas. Como a sociedade participa? Tem vários mecanismos. O Plano Diretor trouxe alguns avanços em relação ao Plano Diretor anterior. Por exemplo, uma coisa importante, é reforçar o papel dos conselheiros participativos. Vocês que foram eleitos agora vão ter um papel fundamental que é acompanhar como essa Prefeitura está implantando o Plano Diretor, como a cidade está se desenvolvendo a partir das regras do Plano Diretor, se está sendo respeitado, se não está, para poder corrigir, porque são dez anos. Então cada um no seu tempo de gestão tem essa responsabilidade agora, o Plano Diretor é uma novidade, não tinha antes, então os conselheiros vão acompanhar e vão ter o poder inclusive de indicar na sua região, lembrar sempre para o Prefeito, para os secretários de tal o que estava previsto no Plano Diretor e não está previsto no orçamento. Então ele vai comparar e vai falar: “Ora, nesse ano tem dinheiro aqui para minha região, deixe eu ver o que está previsto de obra, o que está previsto de implantação de serviço”. Aí ele comparar e dizer: “Não está igual ao que estava no Plano Diretor, está diferente, o que está no Plano Diretor é prioritário. Por que está sendo colocado

isso?” Ou então ele vai dizer: “A prioridade mudou mesmo, nós concordamos com isso. Então vamos retomar e vamos refazer, vamos acompanhar, vamos registrar que a gente concorda para pode rever o que estava previsto no Plano Diretor”. Então essa função não tinha antes, é uma função importantíssima que a sociedade controle o que faz o Poder Público com o dinheiro que é nosso, com o recurso que é nosso, é o recurso público.

Além disso, nós temos um Conselho Municipal de Política Urbana. Alguém aqui já participou, já foi a alguma reunião, foi conselheiros do Conselho Municipal de Política Urbana? É um conselho que deve acompanhar também, e aqui no Plano Diretor de 2003 era a única forma da população participar era essa, você participar, fazer parte do conselho. O conselho também deve acompanhar toda a implantação do Plano Diretor, onde é que você investe recursos que vem da cobrança da outorga onerosa. Tudo isso quem acompanha é o Conselho Municipal de Política Urbana. Além disso a gente teve uma ampliação do sistema de informações. Todo sistema de informação da Prefeitura tem que ser melhorada. A partir do que está colocado no Plano Diretor já está sendo feito, porque esse Governo tem o compromisso com a transparência. Se vem outro Governo que não tem compromisso com a transparência, essa lei do Plano Diretor obriga ele a ser transparente, não pode deixar de ser. Então obriga a deixar disponível as informações sobre todas as políticas, sobre quais os recursos que estão sendo feitos, que ações estão sendo desenvolvidas, que programas estão dando certo, que programas estão sendo revistos. Por exemplo, uma coisa importantíssima que a gente não tinha, é uma grande dificuldade aqui de ter informações, é com relação à remoção de moradias. Essa é uma grande preocupação. Está posto no Plano Diretor que a partir de agora, quando a lei estiver aprovada, todas as informações referentes a remoções vão ter que estar pública. Naquela região tantas remoções estão sendo previstas, onde as famílias vão ser atendidas, de que forma elas vão ser atendidas, isso tudo tem que estar lá. Isso agora virou lei, está lá, é obrigação. Isso é uma forma da população controlar o que está acontecendo.

Além disso, claro o que eu já falei, todos os investimentos a cada ano você manda

para a Câmara, a Câmara aprova o orçamento anual, o orçamento do que vai ser gasto no ano seguinte. Então todas as vezes isso vai ter que ser comparado com o Plano Diretor e tem que estar coerente, pode ter mais do que está previsto no Plano Diretor, mas se tiver menos ele vai ter que ser ajustado ao longo dos dez anos e isso vai ter que ser produzido.

Acho que isso é o fundamental que eu queria passar para vocês. Agora passamos para a Mesa. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quero agradecer a Núria. Quero passar a palavra imediatamente à nossa Subprefeita.

A SRA. JACKELINE MORENA DE OLIVEIRA – Primeiramente, muito obrigada pela presença. Quero parabenizar os conselheiros pela eleição, vamos trabalhar juntos. Antes de apontar o que virá, com certeza, queria deixar bem claro que a gente deve falar o que é o sonho aqui, acesso, moradia, a proposta dessa macroárea de reestruturação metropolitana. Casa um traga a suas considerações com o que o Plano Diretor pode contribuir com o que a gente pretende para a nossa região.

Da forma que está posto nós concordamos? Não. E por quê? É importante ter um equilíbrio entre o meio ambiente, mas é importante ter uma macrozona de estruturação de desenvolvimento. Então quero começar o debate e conforme o que formos falando eu vou apontando as nossas considerações.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Agradecer a nossa Subprefeita. As inscrições estão abertas, mas ainda não há inscritos. O Claudio falará depois faremos uma brevíssima apresentação para estimular ainda mais o debate antes de iniciarmos. Vamos gastar uns dez minutos para estimulá-los a se inscreverem.

Tem a palavra o Sr. Claudio.

O SR. CLAUDIO – Bom dia a todos, companheiros e companheiras, sindicalistas. Iria abria mão da minha fala no começo e gostaria de falar no final para ouvir as considerações

de todos, pois têm alguns companheiros de algum tempo. Também fui subprefeito em 2001 e a gente pegou uma fase muito boa.

Pegamos uma fase excelente, que foi a do debate do primeiro Plano Diretor, da primeira adequação do Plano de 2002, quando foi votado na Câmara. Fizemos todos os debates populares. Fizemos algumas considerações que acho que são importantes e o Neto, a Subprefeita e mesmo a Secretaria deveriam levar em consideração. Por exemplo, na Anhanguera não havia uma área com possibilidade de desenvolvimento industrial. Então, não havia todos esses estímulos de emprego como hoje. Foi graças ao nosso debate de deixar algumas áreas para que pudessem não só aqui como na Raimundo Pereira de Magalhães que pudessem desenvolver esses centros de distribuição, o que gerou muitos empregos para a população de Perus. Isso não está previsto nesse Plano Diretor. Se vocês virem aqui, a área de preservação irá impedir que haja novos desenvolvimentos. Esse é um grande debate para Perus.

Mas, gostaria de falar sobre algo importante e gostaria, Neto, que se colocasse no Plano Diretor Estratégico. Precisamos, no Município de São Paulo como um todo, ter um debate sobre a questão do bairro total. O que é bairro total? Cada bairro tem que ter uma análise de como pode se desenvolver com todos os seus aspectos importantes para a comunidade, para a população. Temos um exemplo disso, fizemos todo um trabalho no Itaim Paulista das câmaras de animação econômica.

A câmara de animação econômica previa o texto de todo o debate no bairro, fez pesquisa no bairro das suas necessidades para que pudesse se desenvolver com qualidade para aquela comunidade. Hoje, a Prefeitura tem uma predisposição de colocar o Arco do Futuro, quer dizer, nos eixos de desenvolvimento. A Prefeitura acredita estar certa, embora eu considere que está errada em alguns pontos. Ela quer fazer o desenvolvimento. O desenvolvimento no emprego da cidade de São Paulo tem grandes eixos. Não podemos perder esses três grandes eixos.

Há o eixo de prestador de serviço de desenvolvimento, o eixo comercial e o eixo industrial. O Secretário abandona o eixo industrial nas áreas onde querem fazer o Arco do Futuro, na área do Tietê. É onde há a maior concentração de emprego na indústria no Município de São Paulo. Querem desenvolver as áreas dos edifícios, da construção e o comércio e a prestação de serviços nos espaços que ainda existem em São Paulo, ou seja, nas áreas industriais. Então, destroem as áreas industriais que hoje equivalem a 22% da arrecadação de ICMS, 13% do emprego em São Paulo e é um emprego de qualidade.

Esse debate precisa ser desenvolvido. Por isso, criou-se o bairro total. Um projeto meu foi votado, graças ao Neto, mas vetado pelo Prefeito Haddad, que é a câmara de animação econômica. Precisamos descobrir aqui em Anhanguera, em Perus e em Pirituba como desenvolver os bairros para seus moradores, como fazer com que o trabalho seja próximo de onde a pessoa mora para desenvolver aquela área. Mas, devem ser eixos de trabalho que possam se desenvolver dentro do bairro.

Vou citar um exemplo para vocês entenderem, a grande maioria das costureiras que trabalha no Bom Retiro mora no Itaim Paulista e em São Miguel. Por que você não pode de uma discussão clara com os empresários do Bom Retiro levar essas empresas, que ali estão super lotadas, para o Itaim Paulista ou São Miguel e aí as costureiras: primeiro desenvolvem o bairro na sua área comercial; segundo desenvolvem na industrial, que pode ser o sistema de costura; terceiro, dar à pessoa que mora lá a possibilidade de trabalhar a pé, de patinete, de bicicleta. É esse o bairro total, desenvolver sob essas circunstâncias.

Então, gostaria que fosse adequado ao Plano Diretor e se colocasse a câmara de animação econômica: como é que podemos ter um bairro para os seus moradores: que preserve o sistema todo de habitação, transporte, educação, tudo ali no bairro, inclusive de preservação, porque se tem o bairro total, as primeiras pessoas aqui em Anhanguera e Perus são as que mais lutam para a preservação ambiental. Têm áreas irregulares? Têm, onde num primeiro momento não havia moradia, não tinha condições de se fazer nada tiveram que vir

para cá. Muitos vieram para cá nesse primeiro momento. Mas, agora se analisarmos, são os que mais lutam pela preservação ambiental e pela segurança.

Gostaria, Neto, que se colocasse nesse Plano Diretor a câmara de animação econômica, desenvolver o bairro total para os seus moradores e desenvolver empregos de qualidade nos três eixos, não somente em um. A Prefeitura está pensando em um na área comercial e dois na prestação de serviços e está se esquecendo de que o eixo industrial da cidade de São Paulo é o que melhor emprega. O emprego de prestador de serviço e o emprego comercial é 30% menos remunerado do que o emprego industrial. Aí nós vamos levar ou diminuir ou eliminar a indústria em São Paulo? Não podemos fazer isso, temos que nos adequar. Todas as indústrias que existem hoje em São Paulo não são mais poluentes, porque hoje possuem o ISO-9000, tem tudo, se adequam e não poluem não. Por isso, dá para ficar com indústrias em todos os bairros, dá para ficar com um bom comércio e dá para ter o prestador de serviço, porque se não for adequado a isso, nenhum deles cresce. E Anhanguera e Perus merecem crescimento, porque são um dos bairros mais bonitos do Município de São Paulo.

É isso o que queria colocar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecer o Claudio, vou passar quatro ou cinco *slides* para estimular esse final das apresentações e início do nosso bom debate.

- O orador passa a referir-se a imagens na tela de projeção.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quero agradecer a todos vocês, mas queremos ilustrar um pouquinho a região. É algo que a Núria trouxe e tentar enxergar quais são os conflitos do nosso macrozoneamento. Vamos sempre lembrar que quando lançamos aquela mancha verde que a Núria mostrou no mapa e estava um pouco menos verde e o cinza estava um pouco mais cinza ela tem uma composição de solo, tem cabeceiras de drenagem, tem reconhecimento de topografia e sugere ou não sugere, recomenda ou não recomenda a presença da população, seja residência ou seja de emprego.

Então, vamos entender que têm premissas técnicas que nos recomendam que ali é

mais seguro morar do que em outras regiões, se não ficamos acreditando que é o técnico que não quer que a gente viva aqui. Não, tem premissas, mas também tem avanços tecnológicos que vão permitindo essa estabilidade, porque aqui no Distrito Anhanguera tem um exemplo desse, Itaberaba 1 e 2. Havia premissas para a retirada de toda aquela família e ao longo do tempo foi-se construindo a partir da luta dos moradores, em especial daqueles que se engajaram nesse processo, e você tem hoje o estabelecimento de um bairro lá a partir da regularização e do afastamento do risco. Mas, nem sempre isso é possível na Cidade inteira. Por isso, a fronteira ambiental tem que estar muito bem escrita para que a gente estimule as pessoas a ocuparem desde as áreas que a gente deve estimular, e desestimular as áreas que a gente sabe que pode ocasionar riscos.

Esse é um mapa que aponta um pouco isso. A gente avança um pouquinho nele para enxergar o que já temos de população. A Núria falou algo fundamental, temos que enxergar onde nossa população está, mas os outros também têm que enxergar. Para muita gente, Perus é só o Parque Anhanguera e fica fazendo uma leitura que aqui ninguém vive. Aí fica simples uma pintura verde no mapa de Anhanguera e Perus para a cabeça das pessoas. Por isso, a Núria precisa nos apontar como do macrozoneamento chegamos às macroáreas. Cada bolinha dessas representa cem habitantes. Vejam a concentração próxima da linha do trem e da Raimundo.

Do lado de cá, a mesma coisa, Anhanguera. Olhem como vai concentrando. Isso é para ilustrarmos para outros que já têm muita gente morando e, portanto, temos que trabalhar para que essas áreas já habitadas tenham qualidade de vida. Uma delas foi muito falada pelos moradores na primeira audiência pública, que falaram que não podiam ter o comércio regular. O Plano já enfrentou isso. Já anuncia que no viário local você pode ter atividade econômica, pode ter um estabelecimento comercial. E na lei de 2002-2004 não permitia. Então, um avanço já tem. Ele resolve todos os problemas? Não, é um avanço para que se tenha economia local. O bairro tem que ter economia local, o Claudio acabou de falar isso. Se não tem economia

local acaba. Mas, a gente tem que saber como combinar a economia local com esse desenvolvimento metropolitano tão importante apontado pela Núria. Por quê? Porque, nós, na zona Noroeste estamos num eixo de desenvolvimento metropolitano e é esse debate que eu quero trazer. Quando olhamos o Arco apresentado, ele não vem à porção Norte e temos ligações poderosas metropolitanas, seja aquela que é feita pela Anhanguera, que tem que ser bem investigada e explorada, seja aquela que é feita pelo trilho do trem. E essa já foi investigada, mas tem outra que é a Raimundo, porque além de ser um eixo de ligação com Pirituba e o Centro de São Paulo, a gente tem algo acessório a isso. Já está programado para 2025, a gente vai tentar equipar um corredor ligando esses bairros em cima da Raimundo. Se em cima da Raimundo tem essa projeção, se a Raimundo se liga ao Rodoanel, que é uma ligação metropolitana, mais do que isso, é uma ligação com parte da nossa metropolitana Norte, a partir de Caieiras, ali acaba ligando com Mairiporã, por outro lado você cai para Cajamar, a gente tem que já fazer essa leitura do nosso desenvolvimento metropolitano. Muitas vezes, estamos em Perus e só olhamos o desenvolvimento chegando a São Paulo. Temos que conseguir olhar para outros lados enxergando o desenvolvimento para onde não há. Muitas vezes, o desenvolvimento está mais próximo de Caieiras e Cajamar nessa parceria com eles do que em voltar ao Centro de São Paulo. Essa é uma questão fundamental.

Chegou o nosso Colega Nabil. Tentamos ilustrar a população no Distrito Anhanguera e no Distrito Perus e apontar o quanto está preservada aquela área que a Núria também apresentou, que é a área de proteção ambiental, área do nosso parque. Tentamos chegar um pouco mais próximo só para ilustrar um pouco mais essa presença populacional que se distribui de uma maneira quase que bastante organizada no Distrito de Perus. E ele não é diferente no Distrito Anhanguera. Mas, para que isso? Para compararmos com outros que não são assim e estão no nosso território. Então, quando a gente investiga um pouco o Maria Trindade, o Botuquara, o Santa Cruz vemos que há certa concentração nos dois distritos e um esvaziamento em outras áreas.

Estamos tentando mostrar esse eixo da Raimundo e o quanto pode ser importante para o desenvolvimento, tanto de Pirituba, Jaraguá, parte deles Brasilândia, passando por Parada de Taipas e chegando a Perus. Esse é um dos eixos mais importantes desse nosso território, seja na questão do deslocamento local, seja na questão de geração de economia. A Núria nos mostrou que 150 metros para cada lado estão propostos pelo projeto, mas podemos interpretar para a periferia espaços distintos da região central. Na região central, tem-se muito medo de dar benefício à concentração de população nos eixos. Na periferia isso não é tão simples e não é como nas regiões centrais. Por isso, a gente tem que investigar muito bem quais os benefícios que de fato podemos dar para acelerar esse processo de termos corredores na periferia com muita qualidade. Portanto, tem um deslocamento que hoje em dia não tem.

Mas, vai além disso. Trouxemos também para ilustrar o que está acontecendo com os investimentos do Estado. Investigamos um corredor que chegará a Polvilho exatamente para enxergamos as rotas de desenvolvimento que há para o Distrito Anhanguera. Se Polvilho é vizinho do nosso bairro está apontando uma regra de circulação que vai para Alphaville e Santana do Parnaíba, já está licitada e com as obras iniciadas, se aponta como uma área de desenvolvimento que não estava observada pelo Plano. Estamos trazendo essa informação, porque a EMTU vem fazendo corredores metropolitanos que são importantes para entendermos as oportunidades que podemos ter.

Outra coisa que não podemos nos esquecer é de como vai ser o lançamento do Rodoanel no território. Então, o que a gente fez? Tirou um pouquinho das imagens que estão no *site* da Dersa mostrando qual é o impacto que eles estão imaginando para o nosso território, para entender um pouquinho o que acontece com a gente depois que a embocadura do Rodoanel, lá no Distrito de Perus, chega. Isso é importantíssimo, porque ali é a conexão inclusive da Subprefeitura de Pirituba com a de Perus. Então, é fundamental entendermos esse desenho para saber o quanto pode gerar benefícios, porque muitos sabemos o quanto o

Rodoanel quando foi implantado não gerou benefícios para quem está aqui, apenas isolou. E essa leitura a gente tem sempre, porque quando fecha o Rodoanel ela não vai poder definitivamente isolar nem Perus e nem a Anhanguera, porque ao fechar o anel, ou você traz definitivamente o desenvolvimento para cá ou mais uma vez é esquecida essa porção do território.

Aqui mostraremos o quanto as regiões centrais – os melhoramentos do Morumbi – que não tem tanta densidade populacional como a nossa tem orçamentos de melhoramentos vários diversos que a gente não encontra aqui. Isso serve um pouco para equilibrarmos essa injustiça do investimento, da despesa de capital. Essa é a região Sudeste, onde está Santo Amaro. Isso é o conjunto de intervenções que estão previstas. Embaixo, encontram-se os nossos territórios que vamos interpretando que para os nossos territórios as intervenções quase não existem. Então, sabemos que temos problemas na Vila Sulina; a gente sabe que temos dificuldade da ligação do centro da nossa subprefeitura que ficou o sol nascente, que se isolou tanto de Perus, por conta da Bandeirantes, como do lado de cá do Anhanguera, por causa da Rodovia Anhanguera. O que a gente está dizendo? Precisamos minimamente projetar isso para os próximos dez, 15 anos. Fundamental, porque se o Rodoanel fecha e a gente não vai projetando a forma de circulação da nossa população, a gente vai enterrando a possibilidade de sucesso dessa região que já está batendo os seus 200 mil habitantes.

Aí fizemos uma leitura assim: por que a gente defende que tenha o desenvolvimento metropolitano incentivado como tem lá na zona Leste e como tem na zona Sul aqui para a zona Norte. Porque, quando você pega premissas de população e área protegida, para a zona Leste pretende-se levar emprego. E lá há área protegida, que é o Parque do Carmo e a Gleba do Pêssego. Você tem presença populacional, tem área que tem de ser protegida e tem incentivo fiscal projetado para o território, e urbanístico. Você tem isso também no entorno do shopping Itaquera, e você tem isso também no eixo da Cupecê. Todas essas premissas são idênticas quando chegamos à nossa área aqui, a Raimundo. A Raimundo

deve receber, da mesma forma que a Anhanguera, esse tratamento que estamos falando com eixo de desenvolvimento, uma macroárea de desenvolvimento metropolitano, porque todas as premissas apontadas para a zona Leste e para a zona Sul são reconhecidas no território. E, portanto, precisamos incentivar, organizadamente, essa área de desenvolvimento que é geradora de emprego, de riqueza, não para o conforto do trabalhador de ter o emprego perto de casa só. Não é só isso, mas para trazer riqueza para a periferia, para que a economia do Centro ative-se na periferia também. Uma das questões fundamentais de se ter emprego e economia na periferia é para o recurso circular ali, para o consumo acontecer ali, completo.

Então, o esforço que fazemos hoje, esse debate que queremos gerar é um pouco disto: o quanto já não temos aqui, seja na Raimundo, seja aqui na Via Anhanguera, um modelo de desenvolvimento praticamente instaurado, que não pode ser interrompido. Então, administrar, para que consigamos reconhecer melhor as fronteiras ambientais da macrozona de proteção ambiental; que consigamos com muito cuidado e com muito recurso técnico, mas escutando a população, como acomodar o desenvolvimento econômico, seja esse que está associado à macroárea de desenvolvimento metropolitano, seja aquele que está dentro dos eixos de desenvolvimentos a partir dos corredores de transporte de média e alta capacidade.

Então, são esses dois elementos que consideramos fundamentais para que a economia seja ativa na região não pelo esforço da população, mas por um conjunto de fatores que estamos conseguindo reconhecer que há aqui.

Agradeço à Secretaria que tem participado ativamente do debate; ao Vereador Nabil, que tem nos estimulado a estudar isso para, quem sabe, encontrar com vocês como podemos entregar para a população de Anhanguera e Perus uma rota de desenvolvimento sustentável que preserve as áreas que devem ser preservadas – e é isso que a população quer -, mas que não afugente o desenvolvimento local imaginando que toda Perus e Anhanguera é só proteção ambiental. Acho que a população aqui sabe que tem de proteger o meio ambiente, mas que tem de haver a ordem e a forma de desenvolver economicamente também. Então, é

assim que queremos terminar nossa apresentação.

Muito obrigado. (Palmas)

Foram 19 inscritos. Nabil quer falar agora ou no final? No meio. Temos 17 inscritos. O primeiro é o recordista de audiências públicas, o Laerte Brasil. E depois o Isaías e a Ana Carolina.

Quando chegar na vez da Ana Carolina, vamos encerrar as inscrições. Vou ler todos os inscritos para que aqueles que não se inscreveram ou não sabiam da inscrição possam realizar a inscrição: Jackson Nedi, Mário Bototu, Oliven, Claudio, Engenheiro Joel, Valter Oliveira Silva, Paulo Rodrigues, Bonfilho Alves Ferreira, Paulo Barbosa, Gilvan, Paulo Sérgio, Manuel e Paulo Ribeiro.

Esses já estão inscritos. Os três primeiros, Laerte, Isaías e Ana já podem se aproximar. A ideia é usarmos de três a cinco minutos, nunca mais do que isso. Vocês podem usar o recurso por escrito, que tem porte pago. Quem quiser levar para casa para os vizinhos, os amigos escreverem e mandarem para Câmara, isso vai chegar para o nosso relator. E quem quiser fazer aqui mesmo já deixam conosco. Então, há esse recurso de fazer a intervenção por escrito.

Vamos começar com o Laerte Brasil.

O SR. LAERTE BRASIL – Sou Presidente da Federação dos Moradores e Empreendedores de Políticas Públicas Sustentáveis aqui da região Perus. A Sinecon Perus (ininteligível) A Instituição é um órgão da União Global do trabalho Cidades, uma central sindical de empreendedores e trabalhadores que está sendo organizada em 45 países. Defendemos para a região Noroeste, para até 2025, a construção de 300 quilômetros de ciclovia; 150 quilômetros de metrô, (ininteligível) o trem, o monotrilho, e 50 mil habitações de interesse social.

Estamos defendendo também a construção do Centro de Convenções de Pirituba, porque a cidade de São Paulo é pioneira em desenvolver pequenos e grandes eventos, e na

cidade de São Paulo não há um centro de convenções. Para se realizar um evento, um MB hoje demora dois, três anos para agendar. E esses eventos geram recursos financeiros e empregos diretos e indiretos para a cidade de São Paulo. E cerca de 65 centros de iniciação esportiva. Aqui na região de Perus e Pirituba não há um centro de formação desportiva para os menores – na faixa de 6 a 17 anos.

Há 20 anos apresentamos um plano avançado de mobilidade urbana na cidade de São Paulo que previa 300 quilômetros de metrô até 2012; 160 terminais de ônibus avançados, inclusive em shoppings, centros populares. Vocês viram que os terminais que construíram foram verdadeiras aberrações. Infelizmente, o Governo do Estado retrocedeu. São Paulo hoje tem 70 quilômetros, enquanto a cidade do México tem quase 300 quilômetros, cidade que começou a construção de metrô no mesmo ano. Só para vocês terem uma ideia, com o dinheiro que foi roubado do metrô aqui em São Paulo daria para construir mais 150 quilômetros até 2012.

Nós vamos ficar vigilantes. A partir de 2014 vamos para a vigilância, porque uma reunião que eu investigava, em que estava o ex-prefeito Kassab, que roubou mais de 14 bilhões aqui da cidade; Geraldo Alckmin; o Presidente Nacional do PT...

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Laerte...

O SR. LAERTE – Eles disseram que, até o final do mandato de Kassab iriam (ininteligível) mais 20, 28 bilhões. Vinte e oito bilhões são 9 bilhões do Orçamento da cidade de São Paulo, que seria rateado entre os 50 Vereadores da Câmara.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Laerte...

O SR. LAERTE – Era o que eu tinha a dizer, obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Quando o Laerte, fala ele não escuta. Só para vocês entenderem.

Tem a palavra o Isaías. Obrigado pela presença.

O SR. ISAÍAS – Eu queria, primeiro, agradecer a vocês que estão presentes. Os

conselheiros que foram eleitos. Eu moro no Jardim Rodrigo há mais de 33 anos. Queria agradecer a todos os membros da MESA: à subprefeita, que eu não conhecia; aos dois Vereadores presentes e à companheira, que está tendo uma boa apresentação.

Eu tenho uma proposta. Eu sou vítima de regularização fundiária. Então, estou defendendo a regularização fundiária. Queremos que seja incluído no Plano Diretor a regularização de todos os loteamentos que têm processo de 1980 até 2013. Que sejam regularizados até 2015.

Queria também que fosse colocada a isenção do ISS para regularização fundiária e averbação, inclusive para as pessoas que ganham até 3 salários-mínimos e para os aposentados também.

Queria que fosse incluído também no Plano Diretor, Vereador Police Neto, que fosse destinada uma porcentagem das verbas do Fundo Nacional de Habitação, para a regularização fundiária. Porque habitação digna não é só a casa não, é também a documentação. Isso nós precisamos.

Queria que fosse colocado também que seja dada prioridade no cadastramento das pessoas de área de risco, que moram em volta dos córregos, inclusive no Córrego do Fogo, que fica no Jardim Rincão, que dá continuidade para Perus, que essas pessoas sejam cadastradas ao Projeto da Minha Casa, Minha Vida.

Sobre o transporte, também está no documento que foi protocolado, já deixei ontem lá, que eu soube o Corredor da Raimundo Pereira de Magalhães. Isso é uma prioridade, vamos ter de abrir essa Avenida e fazer o corredor de ônibus.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Nós que agradecemos, Isaías. Vou chamar a Ana Carolina que representa a Prefeitura de Franco da Rocha. São poucas as audiências que conseguimos esse caráter metropolitano, de trazer representações de outros municípios. Obrigado pela presença.

A SRA. ANA CAROLINA – Eu que agradeço. Na verdade, venho representar o Prefeito Kiko, que hoje gostaria de estar aqui apresentando a proposta que eu vou colocar, mas está cumprindo uma agenda em Brasília, por isso não pode estar presente.

Seguindo a linha do que até agora vocês colocaram, tanto o Neto, o Carlos, o Nabil também vai na mesma linha da estruturação metropolitana, da aproximação do emprego e renda das áreas de moradias. Nós temos em Perus o acesso de municípios como Caieiras e Franco da Rocha, a nossa proposta, que foi consignada tanto pelo Prefeito Roberto Hamamoto, quanto pelo Prefeito Kiko, é de que nesse trecho que ao longo da Bandeirantes – de um lado temos o Parque Anhanguera e de outro as Zonas de Proteção Ambiental, de Proteção Agrícola e Extração Mineral – pudéssemos modificar os limites dessas Zonas de Proteção Ambiental, porque a pressão do lado direito da Bandeirantes, para o crescimento habitacional, é muito grande.

Aquela área está toda ocupada com moradia, mas não há nessa região um número considerável de vagas de emprego que atenda tanto à população de Perus, quanto à população de Franco da Rocha e Caieiras.

Se a gente for falar de alguns números, só para ilustrar, Caieiras e Franco da Rocha juntos têm 234 mil habitantes. Desses, há 53 mil embarques diários para São Paulo. São pessoas que estão embarcando no trem. Quando o trem chega cheio aqui em Perus somos nós que estamos lá dentro. Temos somente 27 mil empregos na região.

A criação nessa área, à direita da Bandeirantes, de uma zona industrial, criaria oportunidades para Perus, Franco da Rocha, Caieiras e ainda possibilitaria um novo acesso à Bandeirantes que servisse a essas cidades vizinhas, que também pudesse desafogar tanto a Raimundo Pereira de Magalhães, no acesso ao Rodoanel, quanto aos outros acessos que temos por aqui.

Pensar no acesso da região de Perus e da Anhanguera a São Paulo representa pensar no acesso dessas cidades vizinhas. Nós também estamos passando pelas mesmas

avenidas, pelas mesmas estradas que o pessoal de São Paulo.

O que eu queria colocar aqui é a necessidade de pensar regionalmente, e que os municípios vizinhos estão consignando essa proposta, pedindo para que os Vereadores de São Paulo tenham um olhar para a gente também.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) - Obrigado pela contribuição. Anuncio que como tínhamos combinado na fala da Ana encerramos, temos mais dois inscritos, finalizamos com 19 inscrições. Agora vem o Jackson, do IPDA – Instituto das Pessoas com Deficiência da Anhanguera.

O SR. JACKSON – Bom dia a todos, agradeço à mesa, ao Subprefeito que está iniciando o trabalho junto com a gente, ao Patrício, Police, Carlos. Fiquei um pouco chateado com a D. Núbia, porque ela falou que ia estender muito, mas estava tão boa a explicação dela que deveria demorar um pouco mais.

Meu nome é Jackson, agradeço ao Conselho Participativo, às seis pessoas que estão aqui, espero que cheguem mais pessoas, estavam em seis e foram 19 eleitos. Como a Núria falou, a responsabilidade é muito grande. Confio plenamente, tanto é que fui candidato, pena que não fui eleito.

Vou falar um pouco do IPDA. Nós sabemos que há um grave problema mundial, vamos dizer, as pessoas com deficiência. Tenho um grupo que está na Assembleia Legislativa, que são pessoas com deficiência. No ano passado nós fizemos uma apresentação, quando fomos muito bem recebidos. Esse problema estende com o projeto personalizado Atende, Decreto 36.071. Dizem que não pode ser alterado, não sei se os Vereadores discordam ou concordam com isso: se até mesmo uma lei pode ser alterada.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JACKSON – Pode? Queria que os nobre Vereadores transmitissem isso à SPTrans, que ela pode ser sim alterada. Desculpe.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. JACKSON – Se não me engano 36.071, de 96, não importa quem conseguiu o Atende, mas ele deveria ser um projeto lei, por questões outras, a gente não sabe por que é.

Qual é o problema? Falou-se de Franco da Rocha, o Neto, nós temos um grave problema que é o pedágio. Isso já está sendo discutido tremendamente na SPTrans. Tenho uma deficiente ali do lado que paga R\$14,00, para ir e vir da sua casa.

Tenho pessoas que não podem vir aqui falar, porque não tem uma rampa no CEU. Não estou criticando o CEU, ao contrário eu elogio, porque já nos atendeu. Infelizmente não vamos fazer o Natal neste ano, porque haverá a dedetização. Já me foi explicado por que.

Então, a acessibilidade está tremenda. Falamos de muita coisa como o zoneamento, empregos, sobre diversas outras coisas, mas de pessoas com deficiência não se falou. Isso é um problema.

Temos a lei de cotas, onde ela está? Temos a inclusão, que aparece na Rede Globo, na Bandeirantes, não sei onde mais aparece. Vem aquele deficiente correndo com a cadeira de rodas, dizendo que está sendo incluso. Mesmo os nossos estudantes não têm segurança para isso, estão batendo em professores. Onde está o nosso Plano Diretor agora que vai intervir um pouco no projeto personalizado Atende, para que ele seja um pouco mais voltado, para conseguirmos colocar aqui pessoas com deficiência.

Quantos deficientes estão aqui? (Pausa) Então, é difícil. Isso tem que ser trazido para cá, não só os deficientes, mas os jovens, bem mais jovens, para que consigam colocar na cabeça dos nossos governantes que eles também têm poder. Nós, pessoas com deficiência, não queremos ir à rua.

Fica dito aos nobres Vereadores que estão lá, os 55 Vereadores, que nos ajudem. Que não coloquem só quando vem a eleição, dizendo que vão batalhar por saúde, educação e transporte. Isso nós já sabemos de cor e salteado.

Nós crescemos muito aqui no nosso distrito, é o que está crescendo mais: temos

um ônibus adaptado.

Muito obrigado. (Palmas)

Vamos chamar o Med.

Agradeço o convite do Instituto IPDA.

O SR. WILLAMES - Bom dia a todos, meu nome é Willames, mais conhecido como Med, além de ser Vice-Presidente do Conseg, além de ser Presidente da Associação Empresarial e Comercial do Distrito Anhanguera, também tenho o orgulho de dizer que faço parte do grupo seletivo de conselheiros participativos. Quero agradecer à comunidade inteira, principalmente pelos conselheiros que acabaram de chegar também. Sejam bem-vindos.

Creio que no sábado passado estivemos na Rosas de Ouro, aproveitei algumas falas que lá foram ditas, inclusive pela nossa Subprefeita, pelo Nabil, pelo Neto, por alguns moradores que estavam lá, preocupados. É lógico que temos que puxar a sardinha para o nosso lado.

A moça falou aqui que Caieiras e Franco da Rocha têm 240 mil habitantes. Pois é, Perus é o último bairro da zona Noroeste e tem esse número de habitantes. Olhe só que só Perus representa duas cidades. Nós temos que prestar atenção no que estamos fazendo com o nosso bairro.

Vou entregar um documento para o Vereador Neto, gostaria que fosse protocolado.

Levantei algumas coisas pensando com minha esposa, meu filho e algumas pessoas. Há erros de português, mas isso faz parte. O documento diz assim: Proposta Perus-Anhanguera – já comecei errado – reinclusão dos eixos Perus-Anhanguera, no Arco do Futuro.

Percebi naquele dia que nós não estamos inclusos. Precisamos ser já que temos dois eixos importantíssimos.

Reconhecimento da macro área de estruturação metropolitana, cujos eixos já figuravam no Plano de 2002. Definida pela ferrovia, pela linha de trem metropolitano, CPTM, linha Rubi, na época, pelas Rodovias Anhanguera e Bandeirantes, pela Rua Raimundo Pereira

de Magalhães, que também estabelece uma ligação da região Noroeste até o Centro Expandido.

Um dia desses navegando pelo *Face*, vimos que a Raimundo vai ser ligada ao Centro Expandido por um pequeno e muito importante viaduto, que fica ali no Shopping Tietê, parece que conseguiram e foi aprovado. Então, estamos aqui do lado, precisamos disso também.

Como Cláudio falou, a Raimundo é um corredor natural de desenvolvimento. Os limites estabelecidos pela realidade do Distrito teria como fronteiras aproximadas a Raimundo, a Rua Santa Cruz e a Bandeirantes, em Perus; a Via Anhanguera e o Rodoanel, no Distrito Anhanguera.

Desenvolvimento das centralidades do Distrito na área de incentivo na Raimundo. Sabe-se que a Raimundo está ali e temos uma imensidão de terra que não está sendo – vamos dizer assim – explorada adequadamente.

Para ir trabalhar no Centro Expandido hoje, quem entra às 08h tem que sair às 05h, porque não se consegue entrar no Centro Expandido, pois não cabem mais carros na Rodovia.

Se temos a Raimundo a nosso favor, que é literalmente próspera para a gente, basta entender o tamanho da extensão dessa rua, nesse ponto a Rodovia Anhanguera teria uma importância estratégica, como um polo gerador de empregos. A definição das macro áreas respeitando a população já existente.

Nós queremos, falamos direto, acho que é Plano de Metas, a questão da regularização fundiária. Precisamos de muita coisa no bairro, mais uma é certa: temos que viabilizar esse trabalho importante para o brasileiro que mora aqui. Nós, moradores, temos necessidade de emprego, temos necessidade de uma casa digna, como o meu amigo falou. Não precisamos somente de casa, mas de emprego, de escola, de CEU, precisamos de muito mais. Não precisamos de lixão, de fábrica de cimento, que danifica a vida do próximo. Também não precisamos de cemitério clandestino.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem, agradeço, recebo o documento, darei protocolo, e você vai ficar com absolutamente tudo.

Tem a palavra o Mário. Depois é o Olivan.

O SR. MÁRIO – Quero cumprimentar a Mesa, bom dia a todos, a todas. Queria pedir um pouco mais de tempo. Tenho comigo um documento que gostaria de protocolar, documento do Prof. Euler, amigo do Nabil, da FAU. Desenvolvemos aqui um trabalho com a FAU no sentido de propostas para melhorar, para desenvolver o nosso bairro. Não vou ler tudo, é extenso, mas é importante ler um trecho. “Sobre a estruturação urbana da região, reconhecer orientar o eixo de serviços e indústrias na Anhanguera e Bandeirantes; acessibilidade entre os bairros, especialmente no distrito Anhanguera e desses com os subcentros e centros. O atual PDE não prevê nada nessa extensa região, inclusive em horários noturnos garantindo acesso a equipamentos de Saúde. Nos finais de semana garantir acesso aos programas voltados aos jovens, garantindo acesso às instituições culturais e científicas. Desapropriação e destinação da Fábrica de Cimento Perus para um Centro de Memória do Trabalhador, universidade livre e colaborativa, espaço comunitário conforme demandado pelo movimento pela desapropriação da fábrica de cimento. Reconhecimento do conjunto ambiental e cultural formado pelos parques da Cantareira e Jaraguá; no âmbito metropolitano o Juqueri; Fábrica de Cimento Perus, Ferrovia Perus - Pirapora e Parque Anhanguera; Cemitério Dom Bosco, lugares de memórias e remanescentes de vegetação, recursos hídricos, como área de valorização da paisagem local e regional; ou área de especial interesse de paisagem. Trata-se de expressão de instrumento mais amplo a ser criado no PDE e em setores estratégicos para valorização da experiência urbana e do entendimento da cidade. Visa potencializar valores culturais e naturais no Município e entendimento da história e valores da produção do espaço urbano, integração com políticas e programas sociais, incentivar formas de geração de renda e desenvolvimento

local. Uso de espaços e equipamentos públicos integrados a esses conjuntos em perspectiva cultural e educativa, promovendo intercâmbio, vivência em outras áreas de valorização da paisagem. Pensa e reconhece assim a cidade em seu potencial afetivo, criativo, educativo.

Revisão do perímetro e conselho do Parque Linear Perus, inclusive a Fábrica de Cimento e áreas associadas e minimizando os impactos sociais do atual projeto do Parque Linear. Criação de um sistema integrado de áreas verdes – públicas e particulares – coerente com a macrozona, com a conectividade ambiental, fruição e compreensão da paisagem e sua dinâmica. Garantir o direito a cidade à paisagem e ao meio ambiente, à moradia, à educação, transporte e saúde em todas as áreas consolidadas nas macrozonas, inclusive com novos subtítulos para remoções de populações de regularização fundiária, reconhecendo o direito à posse e pensando de um modo integrado nessas políticas e ações minimizando remoções, mitigando riscos, incluindo programas sociais voltados ao apoio ao trabalho, à aprendizagem e à saúde. Prever um hospital público que atenda, com amplo acesso, aos distritos de Perus e Anhanguera e extensivamente à Parada de Taipas”.

Vou parar por aqui, há mais algumas propostas. Vou protocolar o documento.

E o Euler não está presente, pois está com problema de saúde.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Segunda-feira, aviso, nós continuaremos com esse debate na Câmara Municipal de São Paulo. Vamos discutir a macroárea de desenvolvimento metropolitano. Deixamos então o convite, e um trabalho quase que exclusivamente para Perus e Anhanguera, sabemos que há aqui pessoas da Metropolitana, mas também de Pirituba. Avançaremos, na segunda-feira, nesse diálogo com relação às macroáreas e quanto ao desenvolvimento metropolitano.

O SR. MÁRIO – Agora, vou falar das minhas propostas. Quando ao Transporte, nós, de Perus e de Anhanguera, estamos mal servidos, o que há é muito precário. Temos aqui no entorno três rodovias – Bandeirantes, Anhanguera e Rodoanel – que privilegiam carros e o transporte de carga. Elas são as melhores rodovias do Brasil e não têm transporte coletivo para

os bairros. Pedimos que o Município dialogue com o Estado mudando a caracterização das rodovias, que possam ser abertas para o transporte público, aos ônibus, assim viabilizando um melhor transporte, com mais qualidade, com mais segurança. (Palmas) Elas estão prontinhas, são é preciso gastar um tostão. É simples, é fazer acessos em Perus, Pirituba, Vila Clarice. Assim melhoraremos muito o transporte da região.

Com relação ao ordenamento territorial, é importante e já foi falado, mas vamos reforçar: nada aconteceu no Plano de 2002, quanto à regulamentação das áreas da região. Mais de 90% do comércio, da indústria e das moradias são irregulares. Cabe ao poder público dessa vez resolver, trazer instrumentos e resolver a questão da regularização da região. Há projetos importantes em relação à moradia, às áreas industriais. Queremos que eles permaneçam, que a ampliação da macrozona de preservação ambiental não atrapalhem os projetos.

Outra reivindicação importante para o distrito Anhanguera é a ligação entre o Morro Doce e o Sol Nascente. Há um problema gravíssimo quanto ao trânsito. Essa ligação facilitará e viabilizará o comércio e o trânsito local. É preciso a construção do acesso no quilômetro 22,5 ou 23.

Para encerrar, é preciso melhorar o que está previsto no Plano Diretor com relação aos indígenas, aos índios da cidade de São Paulo. E, para isso, nós vamos propor alguma coisa no Plano Diretor.

Também dizer que neste momento está sendo discutida a revisão do PDE na Câmara Municipal de São Paulo. É importante que todos nós acompanhemos, que nós façamos pressão. Não dá para imaginarmos que todos os Vereadores que lá estão são a favor dessas propostas. Vai ter muita luta na Câmara, todos têm de ir à Câmara Municipal fazer pressão para melhorar a nossa região.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Mário. É importante o Mário

protocolar as reivindicações para ficarmos com as propostas anunciadas.

Tem a palavra Olivan, depois falará o Claudio.

O SR. OLIVAN – Bom dia a todos. Quero agradecer a Mesa – Vereadores Police e Nabil eu já conhecia. Sou morador da região, aqui estou na qualidade de Presidente da Associação da comunidade. Aqui em frente temos a comunidade de... (ininteligível)

- Gravação de má qualidade. Transcrição prejudicada.

O SR. OLIVAN – Todo mundo está falando de algo mais amplo, eu vou falar de algo pequeno... (ininteligível)

Nesta região, temos em torno de 400 famílias nessa comunidade. Aqui temos problema de regulamentação fundiária. São duas partes – e o Subprefeito está aqui. Uma é municipal e a outra é particular. Em torno de 300 famílias estão na parte municipal e mais cento e poucas, não tenho o número preciso, estão na parte particular. E está feito o processo, já foi julgado, está nos “finalmentes”, há uma cópia com vocês. E essas famílias são as mais vulneráveis. Eu tenho preocupação com essas famílias, e também com as demais. Queria pedir especial atenção a esses moradores que estão em situação vulnerável.

A Sabesp tem um trabalho sendo realizado lá dentro, mas não contemplou a parte do fundão, só a parte que é área municipalizada. E essas famílias estão em área de risco, em situação vulnerável. Queria que a área fosse incluída como área ZEIS-2 (?). Inclusive, a Núria falou sobre ZEIS-2, e é uma área que pode ser usada para moradia.

Era só isso, muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Olivan, Presidente da Associação (ininteligível) Verde, que deixou com a gente documentos de reintegração de posse de área particular. Aviso que essa comunidade está dentro do Plano Municipal de Habitação, há previsão para a regularização, mas é preciso antecipar, antecipar o processo no tempo quando a essa regularização. Eu já conversei com o Nabil e com a nossa Subprefeita para nós tentarmos. Mas essa situação não está diretamente ligada ao Plano, mas terá consequências a

partir disso.

- Gravação de má qualidade, transcrição prejudicada.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra Claudio Valença.

O SR. CLAUDIO VALENÇA – Bom dia aos integrantes da Mesa, bom dia a todos.

Queria agradecer todos os eleitores do conselho participativo, foi um prazer ir lá e votar. Agradeço a todos os que concorreram e aos eleitos. Esse processo é de grande valia para o nosso bairro, para a nossa cidade. Que na próxima eleição haja mais presenças, pois o resultado, com certeza, será muito bom

A minha fala será pequena, é mais um pensamento. Queria falar sobre a fábrica de cimento, que essa área seja transformada em ZEI, para que possa haver construção de habitação de interesse social e também, claro, dotar de tudo que é necessário: educação, saúde e transporte. Também aquela luta antiga dos moradores, que haja um centro cultural, um Centro de Memória Científica. Isso é muito importante e que seja acelerado o processo, pois são anos e anos desse pedido.

Outra coisa que me preocupa é o terminal rodoviário. Ele está lá e acontece um monte de coisa. Caieiras é uma cidade que tem duas saídas, sobre os trilhos; no Jaraguá têm duas, uma por cima com o viaduto; e outra por baixo. Se acontecer de quebrar dois caminhões nos dois viadutos de Perus, o que vai acontecer? Não se passa nem prá lá nem pra cá. Acho que tem que começar a construção de outra ponte, de outro viaduto do lado de lá, onde fica a Maria Laranjeira, o Morro do Léo (?), para que os caminhões que passam pelas cidades – já que somos cercados por várias delas – evitem demorar, de ficarem presos em Perus prejudicando as pessoas que moram no bairro, no Morro Doce, ou as pessoas que vão para Laranjeiras. É necessário que em Perus haja outra ponte, outro viaduto sobre a linha do trem. Isso vai complicar quando vier o Terminal Rodoviário, vai complicar Perus, vai sobre Sol Nascente, Anhanguera, enfim. Acho que é bom dar uma olhada no que eu estou falando.

Para finalizar, não sei se é verídica, não sei como está essa história, pois da vez

passada houve uma discussão não muito amistosa quanto à vinda de outro lixão, de um aterro sanitário para Perus. Parece-me que essa vinda não é só contemplada pela Prefeitura de São Paulo, mas pela Prefeitura de Caieiras, estão fazendo pacto para que seja construído na fronteira entre Perus e Caieiras e aconteça isso com outro nome. Falo em meu nome, mas tenho certeza de que a maioria está do meu lado, não vamos admitir sequer uma proposta nesse sentido. (Palmas) Disso podem ter certeza. Chega de lixo em Perus, pois há muitas coisas para serem melhoradas. Tem o Centro de Memória, há moradias, há muitas coisas para melhorar. E esses 20 e poucos anos de lixo não nos trouxe qualquer benefício, ao contrário, só nos trouxe doenças, acabou com as nossas famílias, com o nosso bairro. Agora é que nós vamos ter uma luz de crescimento.

Então, peço que todos fiquem voltados para essa luta, nessa campanha para não ter mais lixão em Perus.

Muito obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Está aí Claudio Valença anunciando: não a qualquer lixão. Tem a palavra o engenheiro Joel Rodrigues.

O SR. JOEL RODRIGUES – Bom dia. Sou engenheiro, e estou fanhoso, com gripe.

Trabalho há 35 anos na região de Perus, desde 77. Vejo essa parte do planejamento como fundamental para o bairro, para a nossa região. Mas temos um problema grave, que está muito distante do que acontece com cada contribuinte quando se fala de construção.

Sou uma pessoa que faço aprovações, há bastante tempo, na Prefeitura. Tenho contato diretamente com as pessoas proprietárias de terrenos, e vejo algumas aberrações quando chegam ao nível executivo, quando da aprovação de projetos. Tenho alguns itens que quero citar. Não adianta planejar, pois quando chega num nível de aprovação na Prefeitura para tudo e acontecem às irregularidades que existe em nosso bairro, 90% das edificações são

irregulares. Depois esperamos uma anistia para resolver, o que poderia ter sido resolvido na hora em que se aprova o projeto.

Venho aqui como representante dos templos religioso, no geral. Até 2004 havia a possibilidade de construção de templos, em vários setores e locais do bairro. E tenho dois grupos de atividades de que fala o decreto 45.817, NR (não residencial) – 1, que trata de locais de reunião com até 100 lugares; e NR (não residencial) -2, que trata de locais de reunião até 500 lugares. Excluíram os templos religiosos do NR-1 e deixaram em NR-2. E o NR-1 trata de locais com até 100 lugares. Eu acredito que os templos religiosos têm papel não só religioso de fundamental importância na área social, pois abriga pessoas que passam a se sentir como irmãos, tiram as pessoas do vício, dos problemas corriqueiros da nossa sociedade. E hoje os templos religiosos têm de arrumar locais centralizados, caríssimos para colocar os seus templos. Isso não é possível. Acho que existe uma inconformidade. A Prefeitura tem que fazer uma legislação que proteja a vizinhança e não tirar isso de dentro das vilas, porque as pessoas que moram nas vilas querem participar de sua religião.

Então, isso é uma crítica que eu faço e lá no Decreto 45.817, apesar de ter locais de reuniões até 100 pessoas, ainda não contempla os templos. Outros locais de reunião podem. Então, é uma crítica que eu tenho aqui.

Outra coisa que eu queria falar em relação a essa área. Temos uma área urbanizada enorme, considerada zona mista de proteção ambiental, só que é toda urbanizada, as pessoas têm um terreno de 250 metros quadrados e não podem dividir o lote, porque é área mínima do lote é 250. Isso está gerando irregularidades.

Então, a maior parte do Parque Anhanguera, do Morro Doce é ZMP, tem o mínimo sentido uma párea toda urbanizada como é.

Outra coisa que existe na lei é um perfil natural do terreno, onde se define uma coisa que não existe mais, porque na hora que você faz o loteamento, não existe mais o perfil natural do terreno. Então, a lei fala do perfil natural do terreno e só permite que você construa

com um gabarito de 6 metros acima do perfil natural do terreno. O que é o perfil natural do terreno? Você tem que pegar o perfil de quando o loteamento não estava feito, puxar 6 metros para cima e colocar a edificação lá dentro. O que ocorre? Os terrenos que estão caídos para o fundo ninguém consegue construir, vai ter que construir casa abaixo da via. Ninguém quer construir casa abaixo do nível da guia. E hoje temos 50% dos lotes em toda a região de Perus em que se constrói irregularmente. Então, temos uma lei, hoje, que ao invés de ajudar a construir ajuda a fazer coisa irregular.

Tem outra coisa também, nas zonas de especialidade. A lei diz que acima de 100 metros quadrados, você tem que ter área dentro do lote. Então, hoje você vai aprovar um projeto na Prefeitura, você tem que criar um pátio de manobra dentro de um terreno de 250 metros quadrados para caminhão. Quem é que vai construir isso?

Então, essas são aberrações que existem em nossa lei. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado.

O Joel trouxe uma série de alterações que ele protocola com a gente. A maior parte delas não está na 13.430, mas estão espalhadas. Têm uma série de coisas que, sem dúvida alguma, estão dentro desse debate que a gente faz neste momento.

Vou chamar o Valter.

O SR. VALTER – Vereador Police Neto, demais membros que compõem a Mesa, senhores e senhoras, bom dia a todos.

Meu nome é Valter, sou morador da região há 48 anos. Acompanhamos parte do PDE 2002, inclusive com algumas solicitações atendidas e acolhidas pelo Nabil e sua equipe, na ocasião.

Vi-me acolhido e contemplado em uma fala, a respeito da reinclusão do eixo Perus, a exemplo do que contemplava a PDE 2002, colocando essa área para reinclusão de um eixo de estruturação metropolitana.

Vi-me contemplado na fala do Joel, no que diz respeito a dar uma nomenclatura

específica a templos religiosos, já que cumprem uma função social dentro do Município.

Existe uma outra questão. O Vereador falou uma situação com relação a Jacu-Pêssego e Cupecê. Na verdade, a alta densidade que temos concentrada nas regiões urbanizadas exige do Poder Público investimentos e geração de emprego e renda. Então, se faz necessário que na região da Raimundo, se dê o mesmo tratamento que se deu e que se dá a Cupecê e a Jacu-Pêssego. Essa região que envolve a Raimundo, tanto aqui na área de Perus, como indo até Pirituba, as suas duas margens exigem o mesmo tratamento, e cabe o mesmo tratamento. Então, a gente se vê contemplado nessa fala.

Uma outra coisa que a gente percebeu, quando se fala em Morro Doce, Perus, Anhanguera, a gente vê que existe uma falta de planejamento. Na verdade, foi a falta de garantia de uma política de moradia que trouxe esse adensamento para Perus, que trouxe esse crescimento para Perus e Anhanguera.

Agora, cabe ao Poder Público reconhecer que não fez nada lá atrás e fazer agora. Então, as diretrizes e definição de macroáreas, de macrozonas, acho que devem levar em consideração as pessoas que lá estão. Antes de remover pessoas, remover os riscos. Então, trabalhar com investimento, cuidando dessas macrozonas.

No que diz respeito a eixo de estruturação, paralelo à eliminação dos eixos estruturadores já identificados no Plano Diretor anterior, o atual contemplou os eixos de transporte, mas não contemplou essa linha delimitada pela CPTM.

Então, se repensar esse eixo de estruturação, em que inclui o trem metropolitano, é essencial, até para podermos distribuir melhor essa área adensada.

Por fim, quando se fala da Raimundo Pereira de Magalhães, fala-se em 2025, só que hoje ela vai estar um gargalo. Qualquer um que sai do Rodoanel, às cinco horas da tarde, não anda. Então, o investimento para a Raimundo Pereira de Magalhães não dá para aguardar 2025. É necessário que se faça investimentos a partir de já.

Vou deixar, também, protocolado meu pedido, para que possa ser incluso.

Muito obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Valter.

Vou passar a palavra para o nobre Vereador e Relator Nabil.

O SR. NABIL BONDUKI – Bom dia a todos e a todas.

Agradeço a presença de todos. O nosso trabalho é coletivo. Como relator do Plano Diretor, digo a vocês que ao protocolarem um documento, ao falarem aqui, ao trazerem questões específicas da região, vocês estão contribuindo muito para o trabalho que estamos fazendo na Câmara Municipal, que é analisar o projeto e poder propor um substitutivo. Substitutivo é um texto que substitui o projeto de lei enviado pelo Executivo. É claro que ele guarda relações com o projeto do Executivo, mas produz alterações.

Agradeço à Jaqueline, é muito importante a presença da Subprefeitura em nosso debate; o Joel, que tem uma visão muito concreta dos problemas da região; o Cláudio; a Núria, que representa a Secretaria e a Prefeitura. Tudo que está sendo falado aqui está sendo anotado, gravado e fará parte de nosso relatório.

Então, além dessa presença aqui, vocês podem entrar pela *internet*, no site da Câmara: www.camarasp.gov.br/planodiretor. Lá vocês vão encontrar um campo. Então, quem não teve oportunidade de protocolar o documento aqui, e não tiver condição de levá-lo à Câmara, poderá colocá-lo na *internet*.

Vou falar primeiro aquilo que eu considero mais estruturador e, depois, outras questões menos estruturadoras, mas, também, bastante importantes.

Falarei sobre a área de desenvolvimento econômico em Perus. Quero ressaltar que, quando começou a ser discutido o Programa de Governo do Prefeito Fernando Haddad, tínhamos três polos de desenvolvimento econômico que estavam previstos: um na zona Leste, ao longo da Jacu-Pêssego; um na zona Sul, na região de Jurubatuba, e um polo na zona Noroeste, ou seja, nesse eixo aqui que vocês estão se referindo. Então, essa é uma questão importante, porque, nos primórdios do chamado Arco do Futuro, estava prevista uma zona de

desenvolvimento na zona Noroeste.

Evoluímos da ideia de polo de desenvolvimento para a ideia de arco de desenvolvimento, unindo esses polos. Então, o Arco do Futuro, na verdade era Arco Desenvolvimento, ele visava unir, sendo que algumas regiões, como, por exemplo, a Marginal Pinheiros, já é uma área de desenvolvimento econômico. Aliás, é um dos principais polos de implantação de atividades terciárias na Cidade, com muita geração de emprego.

Mas, desde o início, ficou claro, nessa discussão do Arco do Futuro, que era mais uma ideia de campanha, uma ideia para fixar uma ideia-força de desenvolvimento. Mas a ideia era que, saindo desse arco, teríamos eixos. Alguns deles são claros, na macrozona de estruturação metropolitana, que é o que vai em direção ao ABC, pela antiga estrada de ferro Santos-Jundiaí, onde já está previsto, inclusive, a Operação Urbana Mooca/Vila Carioca.

Quando se pensou o programa de desenvolvimento da zona Leste, já foi aprovado pela Câmara o eixo de desenvolvimento econômico da zona Leste, não é apenas a Jacu-Pêssego que está prevista. Ela está prevista e está previsto também um conjunto de vias que saem da Jacu-Pêssego e que vão chegar até centros de bairros – São Miguel, Itaim.

Então, na verdade a ideia não é a ideia de desenvolvimento ao longo apenas de uma linha, mas é de uma linha com feixes. Estou falando isso para dizer que, embora o projeto original não tenha esse eixo em direção a Perus, acho que é uma discussão que vamos fazer, inclusive com a Secretaria. Estamos bastante convencidos da importância desse eixo de desenvolvimento econômico, que ainda foi reforçada quando recebemos a visita dos prefeitos de Caieiras, de Franco da Rocha e Cajamar, no sentido de que se constitua um polo de desenvolvimento econômico em direção não só ao Município de São Paulo, mas aos municípios de fora.

Quando falamos do Arco do Futuro estamos falando do ABC, de Itaquera, de Osasco e Barueri. Então, estamos vendo aí uma espécie de anel de polos importantes de desenvolvimento econômico e que estão ligados pelo chamado Arco do Futuro.

Então, é absolutamente coerente com essa concepção de que temos que ter polos de desenvolvimento econômico nos locais onde se concentra, hoje, uma grande parcela da população, porque o nosso desenvolvimento foi excessivamente concentrado no Centro expandido.

Então, a ideia fundamental, que estava no Programa de Governo, e que está no Plano Diretor, que é a ideia de aproximar o emprego dos moradores e trazer os moradores para perto do emprego, pressupõe a criação desse polo de desenvolvimento econômico nas áreas periféricas da Cidade.

Ainda, temos uma região muito importante, que não está em Perus, mas que está em Pirituba, que é uma grande área desocupada, mas que tem que tem clubes e uma série de atividades importantes, mas que pode ser planejada onde seria o Piritubão, o Centro de Convenções, junto com a sede da Expo 2020, que não mais vai acontecer em São Paulo. Então, aquela região também se constitui uma região importante para que possamos pensar esse polo de desenvolvimento econômico e aí, então, a Raimundo Pereira de Magalhães, passa a ter um papel importante.

Não vou me estender muito a detalhes disso, mas vou dizer que existe aqui uma convergência importante, entre as várias visões, a respeito dessa questão, e vamos precisar aprofundar isso para incorporar na proposta do Plano Diretor.

Outra coisa que, no fundo, está ligado a isso também, porque esses grandes eixos viários, também criam separações, isolamentos. Então, a questão das ligações viárias é muito importante, porque é uma região que está cortada pelo Rodoanel e Bandeirantes, com duas rodovias fechadas, e estrada de ferro e rodovia, o território é todo parcelado. A gente vê a dificuldade, por exemplo, para chegar neste CEU para quem está vindo de outras regiões. É uma loucura a volta que tivemos que fazer para chegar aqui,

Do ponto de vista mais macro, não é assunto tanto do Plano Diretor, porque implica em uma discussão mais local, talvez um plano mais regional, mas tem que ficar clara a

importância disso e algumas ligações são importantes. E vamos ter um impacto, em Perus, violento do Rodoanel. O Police já falou sobre isso. O Rodoanel vai ter um impacto nessa região, que é a maior da Cidade, porque a única avenida da Cidade que o Rodoanel corta é a Raimundo Pereira de Magalhães. Como o Rodoanel terminou na Raimundo, ele já causa impactos positivos. Perus e Pirituba ficaram privilegiados por essa ligação, porque se sai de Perus e Pirituba e se chega no Centro expandido mais rapidamente do que qualquer outra região da Cidade, em distâncias equivalentes.

De qualquer maneira, essa situação precisa ser considerada, porque Perus e Pirituba vão estar ligadas com todas as rodovias de São Paulo. Então, isso precisa ser muito bem trabalhado.

Queria, então, dizer que nós precisamos, de qualquer maneira, fazer o planejamento desta região. Existem, já, iniciativas importantes para se pensar esta região, mas precisamos planejar ela de uma maneira mais clara: não só um plano de bairro, mas um plano de estruturação global disso que podemos chamar de área de expansão. Eu considero que é uma área de expansão da Cidade, que está por uma série de razões justificáveis na macroárea de proteção ambiental, mas que ela extravazou já essa questão. Por quê? Porque, primeiro, já tem ocupação, como vocês falaram, em segundo lugar, porque mesmo o plano de 2002 ele previu a macrozona de proteção ambiental, mas também previu na região de Perus eixos de estruturação urbana. Se a gente for olhar as macrozonas do Plano Diretor de 2002, acho que já foi mostrado aqui, nós tínhamos aqui eixos de estruturação urbana indo em direção à zona Noroeste. Nós temos que planejar para deixar definitivamente consolidado o que tem que ser preservado e aí vamos preservar de maneira efetiva, criando parques, parques públicos ou parques sob gestão privada, mas parques onde exista controle desse processo de ocupação e definir quais as áreas que podem ser ocupadas, considerando a fragilidade do solo. Então estabelecer com maior clareza esse vetor da zona Noroeste, que é um vetor que vai passar por todos esses impactos.

Então eu acho que aí nós temos algumas questões importantes, algumas delas já foram faladas aqui. A fábrica de Perus representa um patrimônio importante da cidade, não é só patrimônio arquitetônico, é um patrimônio das nossas lutas políticas e sindicais. E isso é muito importante para a identidade, a identidade de Perus está muito ligada à fábrica, ao movimento dos queixadas, que é um movimento importante da luta sindical no País. Então é importante trabalhar com a perspectiva da preservação daquele espaço como um espaço que pode ser um centro importante de atividades culturais, educacionais, esportivas e de lazer, com é a proposta dos CEUs, que estão sendo propostos hoje. Ela tem condições de fazer isso? Tem condições de sair a custo zero para a Prefeitura. Mário, eu acho que é possível sair a custo zero para a Prefeitura. Por quê? Porque a área da fábrica é maior, a área do Abdalla é maior do que a fábrica. Então é possível através do mecanismo de transferência do direito de construir, não vai ter nem transferência ali, utilização do potencial construtivo no restante da área e aquela área ser doada para poder implantar.

E é importante reforçar aqui uma coisa que tem sido discutida pouco nas nossas audiências públicas, mas que está previsto no Plano Diretor, que são as áreas de estruturação local, que exatamente são áreas de desenvolvimento e organização dos centros e equipamentos para a população. Então essas áreas de estruturação local, que está previstas no Plano Diretor, que são as AELs, elas são importantes para os bairros, distritos ou subprefeituras da cidade onde temos que articular os equipamentos existentes. Eu entendo que muitas vezes a gente está sem áreas, já tem equipamentos que são às vezes dispersos, que não são mantidos e não estão adequados, mas que eles podem ser articulados entre si, sem necessariamente comprar novas áreas, desapropriar novas áreas e construir novos edifícios. Muitas vezes pela articulação e pela manutenção dos espaços já existentes, ou com reabilitação ou com requalificação, criar essas articulações locais para um objetivo muito importante no Plano Diretor, porque um deles é diminuir a desigualdade de emprego e moradia, o outro é reduzir a desigualdade nos equipamentos sociais na cidade. A cidade é uma

cidade muito desigual, então temos que ter uma meta para o horizonte temporal do Plano Diretor para que reduza a desigualdade entre os bairros mais incluídos e os mais excluídos. Isso é uma meta muito importante e quando a gente pega vários indicadores de desigualdade na cidade a gente verifica que temos mais um menos um quarto dos distritos da cidade são incluídos e três quartos com graus diferentes de exclusão, mas todos eles têm exclusão. Reduzir essa desigualdade é absolutamente importante e para isso nós precisamos investir nos bairros periféricos.

É isso, tem algumas questões que foram faladas aqui, mas que também nos vamos introduzir ou melhorar no Plano Diretor, questão de regularização. Regularização fundiária, até o Plano 2002 ele estava tratando a questão de forma mais aprofundada, então deverá ser detalhado. É uma questão que já está no Plano Diretor, que é facilitar a implantação dos NR2 nas vias locais. Vocês sabem que na periferia muitos bairros só têm vias locais, então não tem porque adotar um critérios que teoricamente estava correto, de atividade de maior impacto. Então originalmente nem templo com cem lugares podia fazer na via local. Houve essa mudança na Câmara em 2002 porque considerava que rua local não devia ser lugar de reunião. Nós introduzimos os cem lugares numa modificação que foi feita em 2004 na Lei de Zoneamento para poder pelo menos acomodar templo de menor dimensão. Mas não é só problema de templo, é problema de várias outras atividades que não podem ser implantadas em várias regiões da cidade e isso está sendo corrigido.

Tem várias questões, mas não vou me estender mais, mas só quero dizer para vocês que esse trabalho que vamos fazer vai gerar, vamos dizer assim, um resultado que eu espero que se aproxime muito daquelas questões que estão sendo levantadas aqui e em outras audiências públicas e também pelos nossos companheiros Vereadores. O Vereador Police Neto tem sido um grande companheiro nesse processo, trazendo muitas propostas, ideais e análises e nós estamos aí juntos para poder fazer esse grande desafio, que é ter um Plano Diretor que consiga dar conta da cidade no século XXI, da São Paulo do século XXI.

Obrigado e vamos em frente ouvindo vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Paulo Rodrigues, da Estrada de Ferro Perus-Pirapora.

O SR. PAULO RODRIGUES – Primeiro, queria lembrar que muitas dessas coisas que estamos discutindo aqui estão no Plano Diretor anterior e não foram implantadas. Então temos que fazer valer agora essa coisa. A gente está aqui discutindo algumas coisas que estão lá no Plano Regional Estratégico e que não foram implantadas. Então a gente tem que saber o motivo e tem que – a gente até sabe – fazer com essas coisas que estão sendo aprovadas ocorram. Nós temos que brigar por isso, vamos ter que estar juntos, os conselheiros, mas a Prefeitura, para dar força aos conselheiros, vai ter que descentralizar o poder também, porque se não subprefeitura não passa de uma zeladoria, como está hoje. Então a gente vai ter que ter poder para fazer o Plano Diretor avançar e avançar as políticas regionais das coisas que a gente precisa na nossa região.

Estava falando em desigualdade. Nós sempre estamos visitando os mapas, o *Estado de S.Paulo* toda semana traz um mapa sobre exclusão. Nós aqui em São Mateus e mais algumas outras coisas estamos sempre lá, violência, exclusão disso e daquilo, moradia, submoradias, estamos sempre visitando o mapa na seção da exclusão. Eles incluem a gente, mas no mapa da exclusão, não é um mapa inclusivo. Então a gente tem que fazer a luta para ser um bairro, uma região inclusive, que incluía mesmo de fato.

Por exemplo, uma coisa que atrapalha muito o desenvolvimento dos bairros é essa coisa deles serem cortados, principalmente Perus, vem a Anhanguera, Bandeirantes, Rodoanel, ferrovia e isola as comunidades. Quando se isola a comunidade se isola sobretudo os jovens, que não conversam um com o outro e fica fazendo as ganguezinhas, as coisas regionais, pequenas. Então o que a gente tem que fazer é ligar esses lugares. A gente está falando aqui de ligações até agora mais focadas na questão dos automóveis, do carro e esse tipo de coisa. Eu proponho, a Núria passou de leve, as ligações cicloviárias etc. Eu vi o

Secretário de Bogotá esteve em São Paulo no ano passado dando uma aula pública no gabinete do prefeito e lá conseguiram fazer um calçadão de 18 quilômetros ligando vários bairros, que não entra automóveis, são só pessoas caminhando e de *bike*, e diminuíram a violência porque as pessoas passaram a ter convívio. Então a gente precisa fazer isso, a gente tem que ligar Mogero com Alex Jafet, tem que ligar Silvio de Campos com a Coronel José Gladiador, com um grande corredor que as pessoas possam caminhar, que as pessoas possam andar de *bike*. Isso vai integrar as comunidades. Integrando as comunidades... Aqui, por exemplo, sobre a Anhanguera, para ligar o Sol Nascente, não é só um viaduto para as pessoas, tem que ter uma grande passarela, mas não é uma passarela estreita, a gente tem medo de passar. A gente precisa ter uma passarela como aquela do Vale do Anhangabaú, exclusiva de pedestre, com seis, cinco metros de largura, para que as pessoas tenham conforto de andar, de passar. Tem que pensar também que transpor esses obstáculos, essas rodovias não com essas meras passarelas que viram ali uns lugares perigosos. Em Perus eu já fui quase vítima de assalto, tive que sair no pinote. Então a gente tem que criar coisas e usar essas coisas para se comunicar com as pessoas, trocar experiências, troca ideias.

Por exemplo, a Estrada de Ferro Perus-Pirapora, constou no outro Plano Regional Estratégico que ela era fundamental para o desenvolvimento local, ela a fábrica de cimento e mais o Parque Anhanguera. E o que nós levamos do Poder Público. Quando a gente tirou as primeiras árvores sobre os trilhos, com autorização do Secretário, publicado em *Diário Oficial*, recebemos uma multa de um milhão de reais. E ela consta como sendo importante, está no Plano Diretor. Aí transformaram a multa em mil e 500 reais, hoje está em quatro mil e alguma coisa, cada dia 30 ou 31 ela muda um pouco de valor. Mas exigiram que a gente plantasse 1.500 árvores, mais do que estão exigindo agora do Parque Global que está saindo perto do Burle Marx, um grande loteamento, muito mais do que eles. Eles têm condições porque lá é Bueno Neto, aqui é só Paulinho, Bonfilho e mais meia dúzia de gato pingado. Quero saber de onde vamos tirar um milhão de reais. E esse custo de mil e 500 árvores vai ficar por aí, é muito

caro mil e 500 para plantar. Então consta como importante para o desenvolvimento local, mas a Prefeitura, a Prefeitura do Verde vem por outro lado e multa a gente, isso porque tem autorização do Secretário do Verde. “Mas é o ex-Secretário do Verde”. O que eu tenho a ver com o ex ou com o atual, aliás, todos estão lá só de passagem, os únicos que não são passageiros nessa história somos nós moradores, os eleitores. Então temos que fazer valer.

A gente tem que trazer para rua a questão da política. Não a política partidária. Tem um livro para quem quiser ler chama-se – o termo idiota na Grécia antiga era para aqueles que não queriam trazer para as ruas a discussão política. Então na Grécia tinha que se referir a idiota aqueles que negam a política. Não estou falando em política de p minúsculo, é Política de P maiúsculo. Tem um livro do Prof. Mário Sérgio Cortela sobre esse assunto. Então a gente tem que ter coragem para fazer essas coisas.

Uma coisa que a gente tem aqui é a vocação, o Vereador Nabil falou sobre vocação, da logística e nós não aproveitamos. Aqui a gente pega trem lotado, ônibus lotado. A única coisa que a gente participa da logística é o trem lotado e o ônibus lotado e o trânsito. Mas não fica nada desse desenvolvimento aqui. Aqui o progresso passa só, ele passa pela gente, dá um tchauzinho e a gente fica com cara de trouxa. Então a gente tem que fazer essas coisas funcionarem.

Eu estou com algumas coisas psicografadas e o Mário veio aqui, trouxe algumas coisas para o Prof. Euler e aí eu trouxe o Chico Xavier para esticar um pouco mais o tempo. Então tem a Carol, de Franco da Rocha, que veio aqui defender a questão da zona industrial na área da Melhoramentos. Nós temos medo, Carol, dessa zona industrial na Melhoramentos, porque a Melhoramento, da outra vez, tentou nos colocar um lixão e ela não tem um bom diálogo com a gente. Apesar de ter um representante aqui, eles não têm um bom diálogo com a comunidade. O que eu proponho para essa área da Melhoramentos é uma CLT, indústria de turismo, porque, caso contrário, nós vamos continuar sofrendo, nós não confiamos na Melhoramentos. Até onde sabemos, inclusive, naquela reunião anterior do Plano Diretor, que a

gente fez no CEU Atlântida, caiu por acaso a história do lixão lá dentro. Não foi por um acaso. Teve gente que foi em Brasília, conversou, trouxe, então aquilo não foi por acaso, só saiu por pressão nossa. Então lixão mais um não. Indústria de turismo, indústria de lazer e tem que dar incentivo para essa indústria, porque se vieram instalar aqui tem x% de desconto, se contratar 5% da população. Contratou 60%, 70% da população para trabalhar nesses lugares tem desconto de ISS, IPTU, não contratou? Não recebe o desconto. A gente tem que dar emprego para quem está aqui. Hoje uma logística como a gente tem aqui da McLaren, tem quatro mil empregos diretos, nós temos que aproveitar isso, se não vai continuar pegando ônibus lotado e trem lotado. A gente não pode continuar assim. São dois terços dos postos de trabalho de Perus. Então a gente tem que lutar para colocar a questão da nossa vocação.

Outra coisa, Núria, a gente tem uma área em Perus que conquistamos como área de proteção ambiental, é contigua ao antigo lixão, é na Rua Mogero. Hoje tem três, quatro guardas guardando a área para não ser invadida por moradia, por isso e por aquilo. Faz o papel dele, está certo, a gente não pode estar mais inchando o bairro. A gente tem que resolver a questão, regularizar o que tem para ser regularizado e depois a gente partir para outra coisa. Essa área a vocação dela é um parque. Nós estamos chamando de Parque dos Encantos, ou amos dar o nome nela de Parque dos Queixadas e fazer daquela área, junto ao Recanto Paraíso, Rua Mogero, fazer um parque. Então tem que incluir dentro do Plano Diretor que vire um parque, não fique só lá três ou quatro guardas lutando para não ser invadida. Lá tem que ser um parque, a Prefeitura tem que vir e implantar o Parque dos Encantos, ou Parque dos Queixadas aqui no bairro de Perus. É isso que tinha que falar, mas lixão, não; mais um, nunca mais. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Bonfilho Alves Ferreira. Depois dele o Paulo Barbosa Francisco, depois o Gilvan e depois o Paulo Sérgio.

O SR. BONFILHO ALVES FERREIRA – Bom dia a todos. Parabenizo os Vereadores por coordenar, dialogar com a população e isso vêm se consolidando no Brasil,

que é a democracia direta e participativa. O nosso subprefeito sabe que esta comunidade é muito participativa e valoriza esses espaços, ela não vem aqui só para apenas reclamar, ela vem efetivamente para propor.

Eu vou dividir minha fala rapidamente em dois momentos. Num momento eu quero reforçar a posição dos prefeitos aqui do lado norte e noroeste metropolitano, o nosso prefeito, estou hoje Secretário de Meio Ambiente da Prefeitura de Caieiras, nosso Prefeito Dr. Roberto Mamoto esteve efetivamente em conversa com o Vereador Nabil, com a equipe do Plano Diretor, junto com o Prefeito de Franco da Rocha, o Quico, a fala da Ana aqui foi nessa mesma direção, no sentido de que o Plano Diretor de São Paulo leve em consideração a existência desses municípios do arco norte, noroeste metropolitana. Todos os planos diretores da Bacia do Juqueri, esse setor do município faz parte da Bacia Hidrográfica do Rio Juqueri, que vem lá de Pirituba, Parada de Taipas, pegando aqui os índios do Jaraguá, toda essa região, faz parte da Bacia do Juqueri. Toda essa macrorregião precisa trabalhar com o desenvolvimento integrado e sustentável. Os cinco municípios da Bacia do Juqueri fizeram seus planos diretores e forma integrada, os cinco planos diretores. O parque linear da várzea do Juqueri esta previsto nos cinco planos diretores e também está previsto no Plano Diretor aprovado em 2002 no município de São Paulo.

Nessa mesma diretriz de integração ambiental, os prefeitos querem ver também uma integração do desenvolvimento econômico, porque o que a Ana levantou aqui é uma verdade, nós somos todos uma região dormitório e precisamos mudar essa realidade. Então caieira possui hoje uma grande área na mão da companhia Melhoramentos e também tem uma grande área aqui dentro de Perus, junto com o Abdalla. Esse novo Plano Diretor de São Paulo precisa levar em consideração a revisão das restrições previstas nesse zoneamento, especialmente a ZEPAG, que não tem muito sentido em estar aí, e a ZEPAM se integrar de maneira harmônica também com o direcionamento que Caieiras fez no entorno da Bandeirantes, que prevê ali uma zona de comércio, indústria e serviços.

Mas aqui eu quero, pegando a fala do Paulinho agora, mudando um pouco para Perus-Pirapora, eu estou presidente do Instituto de Ferrovias, ocupando o lugar que o Paulinho ocupou por tantos anos honrosamente, colocando sangue nessa história. Uma outra questão importante, faz parte da nossa luta histórica aqui em Perus, e eu como advogado, estive aqui em vários momentos doando minhas horas de profissionalismo para combater os lixões e enterrar o Aterro Bandeirantes e combater os novos lixões. Então eu acho que nós temos que colocar definitivamente um compromisso público de vocês – Netinho, Nabil, Claudio – com este bairro, com a ferrovia Perus-Pirapora, com os projetos de valorização da autoestima este bairro.

Vamos colocar uma trave, uma trava no coração desse vampiro. Dentro do novo Plano Diretor tem que ter uma proibição expressa a novos aterros sanitários nesta região. Queremos, sim, indústria, desenvolvimento, diminuir as restrições de uso desta área. Inclusive, Nabil, parabéns pela ideia do instrumento urbanístico para viabilizar as fábricas de maneira menos onerosa para o poder público. A gente tem que negociar. Agora é o momento de negociar. Parabéns pela ideia. Vamos aplicar o instrumento urbanístico para permitir que o entorno da fábrica vire uma área de desenvolvimento econômico, zona de serviços, comércio, indústria, lazer e turismo, como o Paulinho disse aqui, que é a indústria que mais gera empregos, a indústria do lazer e do turismo.

Façam isso, por favor. Defendam esta comunidade. Esta gente aqui precisa de vocês. Nós precisamos de vocês, porque os números de vulnerabilidade de Francisco Morato para cá são assustadores; de Morro Doce nem se fala, então a gente precisa muito de vocês.

Esta é posição que a gente deixa. Depois eu pretendo formalizar por esse *modus operandi* que vocês adotaram – também estão de parabéns por essa ideia da opinião postada, muito interessante. Estas são as colocações. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. NABIL BONDUKI – Eu só queria dizer que estava na minha lista, mas eu me esqueci de falar da Perus-Pirapora. (Ininteligível) a gente fala da fábrica e fala da sua extensão

pela ferrovia. No Plano de 2002 nós introduzimos a preservação da Ferrovia e acredito que ela possa ter um papel muito importante no desenvolvimento do turismo da região, que é uma das atividades econômicas importantes para Perus.

O SR. PRESIDENTE (José Police neto) – Muito obrigado pela contribuição, seja a que ele traz do Secretário de Meio Ambiente de Caieiras, portanto aqui representando o terceiro município que participa da nossa audiência pública, seja a importante contribuição do Instituto de Ferrovias para a região e para o acervo absolutamente importante que tem neste território.

Paulo Barbosa Francisco é o próximo, depois Gilvan, Paulo Sérgio, Neto, Manoel e Paulo (ininteligível).

O SR. PAULO BARBOSA FRANCISCO – Boa tarde. Agradeço a presença da D. Núria, dos Vereadores Police Neto, Claudio, Nabil e Subprefeita Jaqueline Moreno, e a técnica, porque sem eles não estaria acontecendo tudo isso aqui.

Venho falar como morador e um dos representantes da Associação de Amigos. A gente deixou um material para vocês daquela região ali atrás. De antemão já convido vocês a fazer um passeio para conhecer a comunidade, que os senhores não conhecem. Eu acompanho os senhores e a gente vai ver que tem alguns problemas, principalmente na região de trás. Aqui na frente tem o asfalto indo até o final, vira à direita, tem a rua de terra, já não tem mais asfalto, vira à direita e em frente também ainda é rua de terra, não tem asfalto. Essa comunidade aqui na frente é a região do terreno da prefeitura. Virando à direita ali atrás, continua área da prefeitura à direita e a área particular à esquerda.

É sobre a área particular que eu vou falar no momento. Segundo a Sabesp, passa um pequeno córrego que divide essa comunidade. Esse pequeno córrego, segundo a Sabesp, não vai ser coberto, ele é a céu aberto e as crianças brincam ali, correm de um lado para o outro, às vezes cai pipa (ininteligível) nem pensando como que vai fazer, passa por dentro do esgoto para pegar a pipa. Eu queria saber dos senhores se há possibilidade de ser coberto ali.

Aliás, se for coberto, se tem possibilidade de fazer bancos, fazer uma praça. Vai sobrar bastante espaço para fazer isso para comunidade.

Aquela área tem mais ou menos 400 famílias, idosos, crianças, pais. Como os senhores viram, já foi batido o martelo, então eu queria saber dos senhores: todo mundo está falando de moradia, mas estamos esquecendo das pessoas que moram, se vai acontecer alguma coisa com as pessoas, se vocês já pensaram, porque existe uma lei que não permite que eles sejam indenizados quando é terreno particular. É isso?

O SR. NABIL BONDUKI – Não, não é isso, é o contrário. Quando é terreno público, obrigatoriamente, na remoção, eles devem receber uma alternativa habitacional. Em relação ao terreno particular é uma negociação que tem que ser feita com a prefeitura. Não é que não se permite, apenas não é garantido por lei, como no caso do terreno público.

O SR. PAULO BARBOSA FRANCISCO – Então a minha preocupação é se acontecer isso. A prioridade é que eles continuem em suas casas.

Também vim falar sobre transporte - ouve-se falar que vai ter um terminal no Morro Doce -, da possibilidade de ter um transporte para esta comunidade, se tiver um terminal, para eles poderem acessar o terminal, de vir o transporte buscá-los aqui e levá-los até o terminal.

A possibilidade de asfaltar aquela região, eu reitero. A ligação dos terminais do Morro Doce com o de Pirituba. Não sei se isso vai acontecer, porque tem muita gente de Pirituba que vai trabalhar para cá e tem muita gente daqui que vai trabalhar em Pirituba. Para chegar até Pirituba a gente tem que ir até a Jaguará, descer ali, fazer uma caminhada para pegar outro ônibus para ir para o terminal de Pirituba. Já fiz isso muitas vezes, é uma atividade física boa.

E a passagem da Ponte da Anhanguera. O pessoal que sai às 6h, se sair às 6h10 pega trânsito. Se conseguir pegar o ônibus às 6h... às vezes não pega. Mas o acesso ali, segundo o que eu ouvi na Lapa, quando fui ali no Tendal, foi que a ponte vai acontecer, ali do lado da ponte da Anhanguera. E eu coloquei isso e foi dito que o corredor vai ser feito na outra

ponte. E o lado de cá como vai ficar? A acessibilidade do pessoal, que termina a Anhanguera aqui, vai se para a ponte ali? Essa é a dúvida que eu tenho, e quanto ao corredor, que foi dito que haveria de ser feito ali; se ainda há esse estudo e se vai acontecer realmente.

Estou cansado de pegar ônibus lotado - acho que muita gente aqui está -, ônibus lotado e parado ali cerca de uma hora, uma hora e meia ali. É cansativo, já chega cansado no trabalho.

É só isso. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Paulo.

A SRA. JAQUELINE MORENO - Paulo, sobre o terminal do Morro Doce, já saiu (ininteligível) em junho, acho que dia 15, de utilidade pública para um terminal. A SPTrans está fazendo o projeto. É nessa área da (ininteligível) Iguatemi, 23, mil metros quadrados. Nós não conhecemos ainda o projeto porque ele está em estudo. Creio que toda a estruturação das linhas será feita, inclusive as ligações, mas (ininteligível) garantida. A gente está numa conversa com SPTrans. Assim que eles tiverem eu convidarei, farei uma plenária aqui para falar a respeito disso e todas as considerações serão colocadas.

Quanto à (ininteligível) como o Sr. (ininteligível) falou e o Vereador Police disse, ela está em Sehab, existe essa negociação para que a gente regularize, e é um ponto do Plano de Metas. A reboque disso a gente pode sentar e conversar sobre tudo que é necessário: organização, melhor condição das águas, acessibilidade. Acho que vem tudo isso junto.

É isso.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Sub. Agora, Gilvan Ramos.

O SR. GILVAN RAMOS – Bom dia. Sou representante do Itaberaba 1, fica aqui no fundão. Com relação ao Plano Diretor, Nabil Bonduki, em 2002, 2004, foi o relator, é isso? Lamentavelmente, para esta região aqui não foi muito bom, porque ficou como macrozona ambiental, o que barrou tudo, tanto é que hoje aqui não tem banco, infelizmente. Na época, quando nós participamos dando a nossa contribuição para o Plano Diretor, nós propusemos

que ficasse macrozona ambiental entre Anhanguera e Bandeirantes. Infelizmente os ambientalistas, que não sei de onde, sempre vencem, porque hoje você defender o capim braquiária, defender o eucalipto é fácil, mas condenar a propriedade das pessoas é complicadíssimo.

Para mim tem dois tipos de verde: tem o verde verdadeiro, que é a Mata Atlântica, que é jequitibá, que são as árvores frutíferas que atraem pássaros, a fauna; e tem o verde falso, estéril, que é o eucalipto, que infelizmente não atrai nada, só atrai raio. Infelizmente, hoje, qualquer pessoa que tem uma propriedade com dois, três eucaliptos, os caras passam no helicóptero, Zepam, condenam a propriedade; só vai servir para pagar impostos e ponto final. Essa política tem que mudar.

Infelizmente, quando começou a funcionar o Rodoanel, em 2001, nós entendemos que Anhanguera ia deixar de ser um bairro dormitório, como Perus. Que nem o Paulinho falou, o progresso passa aqui dando beijinho e tchau, ponto final. Até hoje está aí. Os ambientalistas venceram. Defendia ali um perímetro de ambos os lados como desenvolvimento de indústria não poluente, infelizmente nós fomos massacrados pelos ambientalistas, que mais uma vez disseram “não, ali tem que ser verde, verde, verde”. Anhanguera, se não tomar cuidado, como Perus, vai se tornar uma Carapicuíba, um bairro dormitório, infelizmente.

Essa política de defender verde falso, para mim, é uma hipocrisia. A gente tem que defender o verde verdadeiro que existia antes de trazer essa desgraça chamada eucalipto. Eucalipto é uma madeira asiática que foi trazida para o Brasil com finalidades comerciais, para fazer tábua, celulose, palete. Isso tem que ficar da Melhoramentos para lá, e aqui serem plantadas as árvores frutíferas para atrair os animais que foram embora. É esse o meu primeiro ponto.

Em relação ao terminal de ônibus, que foi decretado pelo Haddad que essa área da... Essa Rádio Iguatemi para mim não passa de uma especulação imobiliária. O cara fez a rádio aí, mas para valorizar simplesmente o terreno. Quem escuta Iguatemi AM? AM está com

os dias contados, vai começar FM. Parece que já foi até assinado um decreto federal que AM vai acabar, só vai ter rádio FM. Então essa Iguatemi aqui não ajuda a nossa região em nada e, como meio de comunicação, não sei se alguém escuta.

Eu só queria saber da Subprefeita se esse terminal vai ser público cem por cento ou vai ser PPP, parceria público-privada, porque dizem por aí que vai ter banco, outros falam que vai ter uma rede de supermercados. Banco, que legal. Supermercado talvez vá quebrar os pequenos, não vai ser muito bom. Essa pergunta é para a Jaqueline.

Também queria saber se tem morador do Maria Trindade. (Pausa) Não tem. Parece que lá está tudo resolvido e eles, para ir lá, são 7,30 mais 7,30, quinze reais. Parece que o grupo que representa eles parece que tem umas instâncias superiores de resolver as coisas fácil, a entidade que representa eles, porque eu tenho amigos lá e associação não convida para debate nenhum. Quando enfrentaram os loteamentos lá, diziam que ia ter um cartãozinho que ia passar no pedágio e não ia pagar. Isso aí foi fato, simplesmente ilusão. Agora se especula que vai fazer uma alternativa saindo pela Estrada do Pirapora. Também é uma pergunta para a subprefeita, se isso é verdade, porque é o único bairro dentro da Capital de São Paulo que paga pedágio, que é o Maria Trindade.

Também a nossa proposta com relação à Coronel José Gladiador, que foram feitas as calçadas até a porteira e não continuou, que ela termina numa área verde nossa, no Itaberaba 1, uma área de 10 mil metros quadrados; ela termina lá e as calçadas não foram feitas. Então tem um trecho ali que nem calçada tem, e a pessoa parece que agora está implantando uma creche. Olha que irresponsabilidade, quer propriedade, não tem calçada e quer uma creche. Aí eu pergunto: e quando as peruas pararem para pegar as crianças? Então eu queria que fosse revisto esse pedaço da porteira até o Itaberaba 1, para fazer as calçadas, porque estão quebrando as calçadas aqui, a calçada já é estreitinha, o fluxo de pessoas é muito grande, principalmente os estudantes que fazem o 2º grau no Sebastião de Oliveira Gusmão e no Canaã. Então a calçada é superestreitinha, aí estão quebrando lá, vai diminuir o

espaço físico dela, certamente, e eu não sei o que vai ser implantado ali. Eu acho que tinha finalizar o término de toda a calçada na Coronel para depois fazer alguma coisa urbanísticas. A meu ver, a calçada da Coronel no trecho ali é estreitinha. Não sei se o pessoal vai aderir àquilo ali. Acho que é uma perda de dinheiro, uma perda de tempo. Tinha que fazer calçada onde não tem, na Coronel, na Eduardo (ininteligível), na Estrada do Pirapora, nas vias principais (ininteligível) aqui.

E outra: eu também queria fazer uma colocação muito triste com relação ao emprego em São Paulo. Em abril, numa audiência pública, o Police Neto falou uma coisa e eu comecei a refletir e cheguei à conclusão de que ele tem razão. A especulação imobiliária está derrotando tudo em São Paulo. Onde era a Sadia, derrubaram a Sadia, o terreno está lindo, mas tem um projeto de implantar não sei quantas torres e vai ser um inferno, carro para tudo que é lado e você não vai nem poder transitar ali na Vila Anastácio.

As prefeituras do interior de São Paulo e também da Grande São Paulo têm política de incentivo à indústria, enquanto em São Paulo a especulação imobiliária é que manda. Você viu o inferno que está na Gavião Peixoto, aquelas (ininteligível) que fizeram atrás do Extra, acabou. Puseram mais ou menos cinco semáforos em mais ou menos 300m lineares, o trânsito já está chegando aonde era a Gessy Lever.

As pessoas do Centro Expandido defendem aquelas torres gigantes, mas não sabem as consequências. Cada prédio daquele tem dois carros para driblar, com certeza, o rodízio. Classe média alta tem dois, três carros, para ele não existe rodízio, existe rodízio para quem está na periferia, esta é a grande verdade.

Por último, quero saber se o Plano Diretor, como a peça fundamental e soberana, tem capacidade de rever esse pedágio aqui e colocar ele mais para frente. Eu sei que a Rodovia Anhanguera é estadual, aí é uma questão municipal, mas é uma questão municipal que está afetando os moradores do Maria Trindade.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado, Gilvan. Presidente da associação dos moradores do Itaberaba 1. Agora, Paulo Sérgio, Itaberaba 2.

O SR. PAULO SÉRGIO – Boa tarde, Mesa, Jaqueline, Nabil, Neto, Claudio, Núria. Quero fazer um protesto. O Morro Doce eu costumo dizer que cresce igual rabo de cavalo, só cresce para trás. Hoje, aqui, só estão o Nabil e o Neto. Quando é época de eleição tem tanta íngua pedindo voto aqui, e o povo ainda vota nessas ínguas, cara. (Palmas) Hoje é dia de decidir o nosso bairro, a nossa história, e essas pessoas desaparecem... E vocês votam neles. Muito obrigado.

Sobre Anhanguera, a Bandeirantes, o Rodoanel e a Raimundo, o nosso bairro é o único da cidade de São Paulo que corta as duas maiores rodovias de São Paulo. Porém, no trecho que pertence a São Paulo, não tem nenhuma fábrica, nada. A gente tem ali a SL, que foi construída há uns cinco anos, tem o Pão de Açúcar, mas tudo no trecho de Osasco. Em São Paulo, não tem nada. Fizeram um supermercado ali, e mais nada.

Depois de passar o pedágio, em Cajamar, tem 36 galpões industriais. Não poluem nada. Agora estão construindo tal de GRV, onde abrirão cinco mil vagas de emprego. E nós aqui, com um bocado de área, não temos nada. Será que não é incompetência se não consegue trazer uma fábrica, um galpão, para a cidade de São Paulo? Aqui não pode? Por quê? Se lá tem Ministério Público, aqui não tem? Se lá tem o Governo do Estado de São Paulo, aqui também não tem? Faz parceria público-privada. Será que o Prefeito de São Paulo está querendo acabar a comunicação com o Governador?

Trabalho com transportes, chego nas empresas e dá 14h chegam 150 ônibus na porta da Mercedes trazendo gente de fora: de Cabreúva, Caieiras, etc. Em São Paulo, não tem nada. Saio daqui para trabalhar lá. Será que é justo? Eu tenho que gastar três horas de ônibus para chegar ao trabalho. É justo?

O tempo passa, e nada fazem. Está na hora da gente se mover. Se as pessoas acham que não tem gente competente para isso, dá poder para as Subprefeituras correrem

atrás, porque hoje ela não faz quase nada, tudo barra no Ministério Público. Ela tem boa vontade, quer fazer, mas não pode.

Haddad chega e fala: vou fazer um corredor de ônibus do Extra para lá. E do Extra para cá? O Morro Doce não serve para nada? Só para votar? Porque aqui não tem trabalho. E quando abre um comércio, a maioria dos empregos nem registrado é, porque o comerciante quer legalizar, mas não consegue. Onde moro tem um bocado de mercearia, mas o poder público não deixa legalizar nenhuma delas.

Então, temos que começar a pensar de dar mais poder para a Subprefeitura: o cara que montar seu mercadinho leva lá para reconhecer firma. Eu que não fiz faculdade, sou praticamente leigo, porque tive que trabalhar desde cedo, sei disso. Imagine o Sr. Nabil que estudou na USP, dá aula na USP? Será que ele não sabe? Será que o Haddad não sabe? Será que o Secretário não sabe?

Será que não sabem que tem que tirar o pessoal das favelas, sim, mas leva ele para ir para a sua casa? Aí o agente vistor chega lá, junto com os guardas metropolitanos, e falam: “sua casa vai ter que sair daqui, está irregular, e você tem 48 horas para sair, ou então vamos demolir”. Será que o poder público não sabe que ele pode construir outra casa para aquela pessoa antes de tirar o cara da casa dele? É o mínimo!

A Constituição fala que temos o direito de ir e vir, direito à moradia, direito à saúde. Isso é o mínimo que vocês podem fazer. Agora, é mais fácil mandar um papel, assinar, e falar: “Você tem 48 horas para sair da sua casa”.

Estou numa batalha onde moro porque eles queriam tirar todas as famílias de lá. Hoje tem 700 casas lá e, mais ou menos, 1.500 famílias. O Ministério Público ameaçou expulsar todos, mas não aceitei aquilo. Chamei os moradores, invadimos a Câmara Municipal; em seguida, o Kassab ligou para nós e marcamos uma audiência com ele, graças a Deus, e foi decidido que fariam um novo laudo dali.

O IPT falou que iria derrubar tudo, que era tudo irregular, de risco. Mas, graças a

Deus, foi contratada uma empresa e, das 700 casas que seriam derrubadas, só 68 sairão de lá.

Semana retrasada, tivemos uma audiência com o Secretário, que não pode nos atender, mas o assessor dele atendeu a gente. E a proposta para as pessoas que vão sair é desapropriar um terreno da Prefeitura, construir as casas para as pessoas, ou aluguel-social, que eu acho uma vergonha, porque moramos na maior cidade do País e se fala de aluguel social na época de hoje.

Ainda não estou satisfeito. Vou lutar até o fim. Peço atenção dos técnicos, quando fiscalizam a moradia, porque lá mora gente, ser humano, mora criança, adulto, idoso. Não é só chegar lá e tirar. Vamos estudar com o Governador do Estado para fazer o corredor de ônibus na Anhanguera, para acabar o trânsito.

Será que a São Paulo Transporte não pode estudar isso? Põe um ônibus que seja gratuito para Perus. Assim, acaba o trânsito, os ônibus parados, na Anhanguera; e o pessoal vai pegar o trem e ir embora.

Então, é questão de termos bom senso, amor pelas pessoas, porque mulheres grávidas desmaiam dentro do ônibus, não tem lugar para sentar. Os ônibus são um lixo.

Pego um ônibus que tem 11 cadeiras e um buraco no meio. Quem segura é o povo, porque se você ficar em pé, cai. Cadê o poder público? Não quero saber quem roubou, quem não roubou, quero saber quem vai fazer. Meus pais me ensinaram a não roubar ninguém, mas não quero saber disso não; quero saber o que tem que ser feito.

Tem que ter ônibus de qualidade para nós andarmos, tem que ter saúde de qualidade; e não temos. A UBS aqui ficou seis meses sem médico, agora tem um cubano que está ajudando o pessoal.

Então, vamos olhar com carinho, com amor. Só com amor, mudamos o mundo.

Muito obrigado. (Palmas)

O PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito obrigado, Paulo. Ele deu o depoimento mais contundente das audiências de que participei.

Tem a palavra o Sr. Neto.

O SR. NETO – Bom dia, Mesa, José Police Neto, Jaqueline, todos. O meu depoimento será breve. É só mais uma indignação, como os meus companheiros comentavam, nós do Morro Doce não podemos ter o privilégio de ter uma agência bancária, nada.

O zoneamento só tem punição para quem é pobre. Vim morar em São Paulo em 1978, na av. Imperatriz Leopoldina, que era brejo. Hoje fico imaginando e me perguntando por que na av. Imperatriz Leopoldina é permitido construir prédio? Porque lá eles são ricos. E o pobre, quando vai construir uma casinha, já mandam apreender o material e levam embora, porque não tem direito.

Outro dia, fomos no lado de Cajamar, Alphaville, e estava pegando fogo na mata, com mais de 15 metros de altitude. E comentei: “Aqui o zoneamento permite botar fogo, fazer tudo. Agora, lá onde moramos não pode nada, porque somos famílias humildes”. Então essas leis nos deixam indignados, revoltados.

Costumo dizer que alegria de pobre dura pouco. Trabalho com condução escolar e tenho uma empresa nesse ramo. Iniciamos com 5.000 condutores escolares, e esses transportes estavam favorecendo as famílias humildes, porque iam da porta de casa até a escola sendo conduzidas pelas conduções escolares.

De 2002 para cá, estamos trabalhando com 1.480 condutores escolares, ou seja, o pobre não tem direito de perua escolar para conduzir seu filho até a porta da escola. Não tem direito nem de trabalhar mais, porque, muitas vezes, a mãe e o pai deixa seu filho em casa com sentimento de insegurança, mas tem que trabalhar para dar o sustento à família.

Para o próximo ano, o número de condutores diminuirá ainda mais. Ou seja, a oportunidade é só para os grandes, porque os pequenos têm que andar arrastando o chinelo.

Temos que nos unir, lutar pelos nossos direitos, porque na época de eleição é cheio de paraquedas prometendo Deus e o mundo. Queremos gente de responsabilidade e compromisso para lutar junto com a gente.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Tem a palavra o Sr. Paulo Ribeiro.

O SR. PAULO RIBEIRO – Boa tarde a todos. Pela manhã, esta audiência estava mais cheia, mas, infelizmente, muitas pessoas perderam o interesse por esse debate e esvaziou.

Sou Vice-Presidente da Associação Comercial do Distrito Anhanguera; sou Presidente da Associação de Moradores do Jardim Monte Belo; e, acima de tudo, morador da região. Sou corretor e empresário aqui na região.

Estava vendo a apresentação da Sra. Lu, que falava das ZEIS. As ZEIS vão de um a quatro. Isso define o futuro do seu bairro, porque as ZEIS definem o que será feito na região. Sou formado em Serviço Social, e agradeço ao Sr. Nabil, que foi uma das minhas referências para o meu TCC porque falei sobre o Distrito Anhanguera e seu desenvolvimento.

Estou chocado, que desde 2001, esse bairro está virando dormitório.

Alguns comércios estão tentando, há algum tempo, se legalizar, se desenvolver, mas não conseguem devido ao zoneamento.

Falaram em banco? Não virão, enquanto não houver a regularização e a mudança das ZEIS na região.

Falaram aqui sobre o ônibus e o terminal. Realmente essa rádio não contribui em nada, mesmo porque não tem rádio aqui. É só uma torre de transmissão. Não sei o que ela está fazendo aqui, porque foi expulsa de Osasco.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO RIBEIRO - Exatamente, ocupando terreno, porque a rádio está em Osasco. Só tem uma torre aqui atrapalhando a nossa telefonia, nossas conversas e nada contribui para a região. Meus parabéns ao Governo que desapropriou, no dia 15 de julho, espero que realmente haja o desenvolvimento do terminal.

Quanto aos ônibus que temos na Anhanguera, foi pedido corredor e tudo mais. O

que precisaria? Eu acredito que não temos aqui uma representação da São Paulo Transporte, é quem regulamenta a questão de velocidade. Não é isso?

O ônibus sai daqui do Morro Torto já cheio, lotado. Eu pegava o ônibus de manhã, às 6h já estava na quarta fila para conseguir ir sentado. Saía em torno de 06h20min. O ônibus não desenvolve velocidade, por isso demora para chegar. Quando chega ao entroncamento com a Anhanguera que é largo, são quatro faixas mais a local, depois do Extra vira uma pista só, com duas faixas. Qual é o desenvolvimento que vai haver no transporte ali e no trânsito.

Precisamos repensar nessa situação, porque já está dentro de São Paulo (Ininteligível) a Anhanguera, porque ajuda a desenvolver aqui, mas engarrafa lá. Aí não adianta.

Quero agradecer inicialmente a vocês por esse trabalho, por essa apresentação, aos candidatos do Conselho Participativo, aos que foram participar e votaram, já que não era obrigatório. Quero dizer que sou primeiro suplente, com 193 votos dentro do Distrito Anhanguera. Não busquei voto fora, preferi buscar aqui. Acredito que, de repente, alguém vai desistir e eu entro (Ininteligível) quando for promulgado.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PAULO RIBEIRO - Não, não. Não entro nessa.

Quanto ao viaduto de ligação que foi apresentado por alguns, informo que já tem projeto do Governo Estadual lá na Assembleia Legislativa, aprovado, que precisa participação da Prefeitura, porque é uma obra – apesar de estar no perímetro que vai cruzar com a rodovia de concessão estadual – que atinge fortemente dois galhos que estão crescidos, inchados e precisam de mobilidade.

O protesto aqui, Neto, que foi o autor e participou do Conselho Participativo, nós somos prejudicados aqui no Distrito Anhanguera com as nove vagas, por um motivo: alegou que a cada 10 mil um representante. Um protesto que faço contra o IBGE que legalizou aqui como 68 mil moradores e não é: somos 140 mil moradores, no Distrito Anhanguera. Na minha

casa não passaram para pesquisar quantas pessoas tem, somos três. Multiplique isso por algumas casas que eles não passaram.

Quero a minha vaga lá. Precisa aumentar.

Não tenho muito que dizer mais porque os companheiros aqui, o protesto do Paulo me deixou gratificado com muita coisa.

Muito obrigado a todos por terem vindo e à mesa. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bom Paulo Ribeiro, Vice-Presidente da Associação e primeiro suplente de conselheiro. Quem sabe, na próxima eleição já não se consegue ampliar o número de conselheiros.

O SR. AÍLTON – Boa tarde a todos, à mesa, à plateia, pessoal que veio à audiência pública, é interessante para todos ouvirem, também ao Governo que quer ouvir a comunidade e os moradores, assim como dizer qual é a intenção do Governo.

Quero falar pouco, porque não preciso repetir o que já foi falado, mas só queria dizer que é uma pena que o Plano Diretor tenha sido discutido em 2002, aquele governo foi interrompido depois. Senão, provavelmente a nossa região, Perus e Anhanguera, seriam melhor hoje.

Quero chamar a atenção para o comentário do banco que não tem no Distrito Anhanguera. Por que não tem? Porque o Plano Diretor Estratégico da região não permite, porque não é área mista, não permite comércio. Tem que mudar, e acho que a discussão tem que começar aqui. Começamos com audiência pública no Centro, diversas audiências públicas, e recentemente mais próximas a nós aqui.

Naquela do CEU Atlantis me chama a atenção uma questão que não foi esclarecida lá: é a questão do lixão de Perus. Somos contra. Somos do mesmo partido do Governo, fazemos parte da direção do partido da região, não permitiremos mais um lixão em Perus. Mas acho que já foi esclarecido na data, pelo pessoal da Secretaria. Alguém esclareceu lá na data, eu não pude, tive outro compromisso, mas estava conversando com o companheiro agora e foi

esclarecido. Houve erro na digitação, não sei com qual intenção alguém quer por isso em pauta. (Ininteligível) Acho que ficou esclarecido: o lixão não vem para Perus.

Trabalho hoje na Subprefeitura de Perus, represento a comunidade, temos uma entidade em Perus, moro no Recanto Paraíso. Agora tenho uma preocupação, porque estamos todos os dias conversando sobre os projetos do Governo na região. Não tem nenhuma discussão nesse sentido. De repente tem. Não sei qual o objetivo de alguém que está colocando. Não o companheiro aqui, alguém de fora que estão passando para eles.

Quero chamar a atenção para a malha viária de Perus. Acho que o Nabil pode falar que isso não cabe na planilha toda. Cometeram um erro. Tem que entrar sim na discussão, porque Perus está travado, não se consegue mais andar lá, por conta do Rodoanel – podem me corrigir, Srs. Vereadores -, mas acho que é o único bairro de São Paulo que é separado pelo Rodoanel. Acho que é o único. Já estive olhando para Osasco, Caieiras, é só Perus e Anhanguera os únicos distritos fora do eixo.

Isso não é bom para nós, os Srs. Vereadores têm que dar apoio a essa comunidade, porque temos dificuldades em vir médicos para cá, porque eles falam que tem que pagar pedágio. Isso não é bom para a gente. Os Srs. Vereadores deveriam incluir também a questão da malha viária na discussão do Plano Diretor.

E que Plano é esse? Que direção é essa? Falam em Plano Diretor de Bairro, da Cidade, e é um plano que permite que façam um pedágio dentro da Capital, onde os moradores do bairro, da Capital, não podem transitar. É complicado.

Obrigado pela atenção. Desculpa (Ininteligível)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Nosso último inscrito, Sr. José Carlos Arrojo.

O SR. JOSÉ CARLOS ARROJO – Obrigado à mesa, me sinto contemplado nas falas anteriores. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Foi assim que terminamos a

participação de vocês.

Vou perguntar à Subprefeita se ela faz uma despedida, depois o Claudio, a Núria e terminamos com o Nabil.

A SRA. JACKELINE MORENA DE OLIVEIRA – Acho que tudo foi dito aqui, cada um de vocês foi representado e falado. Quero reafirmar, pedir o apoio dos Vereadores, do Secretário, para que olhem com carinho para as nossas questões, principalmente essa circulação comercial, esse eixo da macro área de estruturação metropolitana, que havia em 2002 e que não está mais.

Nós queremos sim que seja considerado o poder da Raimundo, o eixo da Anhanguera e da Bandeirantes para o nosso desenvolvimento. Como já foi dito não vou me estender, mas precisamos disso. Aqui não é um bairro dormitório, não vai ser para sempre, nós vamos mudar.

De certa forma, estamos sendo contemplado com as ZEIS que, com a mudança no parágrafo quarto, do título cinco, permitirá nessas ZEIS, (Ininteligível), aqui tem alguns comércios, inclusive igrejas, agências bancárias, escolas. No Plano anterior o limitante era a largura de vias, com essa revisão a gente pode ter. Não vai resolver tudo. Não estou dizendo que vamos resolver do dia para a noite, porque passa pela regularização fundiária. Nós precisamos dela, ela é plana está lá, nós temos de fazer isso.

Principalmente agora eu entro no acesso. Eu preciso de ajuda do Estado, dos Vereadores, já tenho a ajuda da comunidade, para a gente discutir questões como Maria Trindade. Não é justo um bairro ter que ser pedagiado. Não tenho nem como mandar o fiscal fazer uma vistoria, porque precisamos pagar o pedágio. Aquelas pessoas são daqui também, elas têm direitos de circular. (Ininteligível) você não tem que fazer um deslocamento de 10 quilômetros para poder acessar.

A CCR tem de dialogar sim conosco. Tem que permitir para que tenhamos alternativas. Não estamos querendo passar por cima de ninguém, estamos querendo a

garantia do nosso acesso.

Porque não é só essa. Como que eu chego na (Ininteligível), como que as pessoas atravessam? Como que as mulheres grávidas lá de Maria Trindade, andam até embaixo na Anhanguera para pegar um ônibus?

Eu só tenho essas reivindicações que vocês passam na pele todos os dias, mas preciso de ajuda dos Vereadores que são nossos parceiros, de todos os Secretários, dos Parlamentares, para que olhem para essas nossas questões locais.

É importante essa estruturação maior, essa reconfiguração comercial nos eixos importantes, mas a gente precisa circular aqui dentro de Perus, a gente precisa de dignidade para o comércio, de agência bancária do lado do Morro Doce, precisamos de todos os serviços como todo bairro estruturado tem.

Muito obrigado por terem vindo, sintam-se à vontade de ir sempre à Subprefeitura conversar. Aos nossos conselheiros, muito obrigado, vocês serão os multiplicadores de todas essas dificuldades que vocês sabem melhor do que ninguém.

Agradeço a presença do eterno professor Nabil. Obrigado pelas contribuições que o Vereador Police sempre faz. Prazer em conhecê-lo, o senhor faz de tudo o que estou dizendo, já foi Subprefeito de Perus.

A Núria, com todas as suas dificuldades, com seu olhar técnico, ela compreende que lá moram pessoas e que não é só uma mancha no mapa.

Boa tarde. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Muito bem. Vamos passar para o Claudio.

O SR. CLAUDIO – Quero parabenizar, desde a época que estivemos na Subprefeitura, agora vejo a participação popular. Há muitos dirigentes que se incomodam com o bairro, se preocupam e lutam por ele.

Desde a época que fomos para o lixão antigo, também era uma proposta. São as

várias lutas que fizemos.

Quero parabeniza-la Jackeline, uma jovem na Administração, quero me colocar à disposição. Não sou vereador hoje, mas sou Presidente do Solidariedade, partido novo aqui.

Queria colocar uma questão: nós estamos falando com o Jilmar Tatto, o Secretário de Transportes, de que os bairros têm que ter uma ligação entre eles. Aqui, por exemplo, Perus e Anhanguera não têm várias opções de ligação entre os bairros, logo você também não tem uma dinâmica de melhorar a qualidade do bairro, de desenvolvê-lo como a população merece. Aqui ainda mais, porque é uma área de preservação. É uma dificuldade a área de preservação, que se luta por muito tempo e acaba não tendo uma discussão muito clara.

Eu queria parabenizar os conselheiros participativos que foram eleitos e uma dificuldade que, me parece, o Paulo já falou: obviamente esta discussão não é só do Plano Diretor, mas ela tem que ter uma projeção, Nabil, do Plano Diretor Estratégico, para descentralização.

Porque não adianta a Subprefeita, por mais que queira fazer, ela não tem condições, recursos nem dinâmica. Quando se instalou a Subprefeitura - o Mário está aqui -, mas nós tínhamos dentro da Administração a questão da saúde, da educação, tudo aqui na Subprefeitura. Não é verdade, Mário? Tudo aqui. Nessa dinâmica era mais fácil para se gerar uma qualidade para participação ativa de todos.

Agora não. A Subprefeita Jackeline não tem nem recursos, a meu ver, para fazer absolutamente nada do que gostaria de fazer. Acho que nós fizemos um pouquinho mais, hoje eles têm muito menos.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CLAUDIO – Tinha alguma coisa que a gente trazia para a Subprefeitura, hoje não tem. Então, quero parabenizar porque, na verdade, o que se se tira do Plano Diretor, (Ininteligível) do melhor de qualidade, e depois a votação que estava começando, do Plano Diretor Regional, que vai dar outra dinâmica ao bairro, para solução depende muito dos

conselheiros e depende de vocês, que são as lideranças. Do contrário os recursos não vêm, porque estarão destinados, com certeza, ao Arco do Futuro, e não virão para a periferia, como deve ser vista. Isso não ocorre só vocês, há outras regiões na Sul, na Leste, na Oeste, Norte, e que não têm essa dinâmica.

Mas quero parabenizar para que vocês continuem nessa luta. A questão de Itaberaba existe desde a nossa época, é uma luta difícil de ser transformada naquilo que a população merece, em toda região aqui de Perus e Anhanguera.

Quero parabenizar todos vocês, continuem assim. Tem que chamar mais pessoas. Por exemplo, são 19 conselheiros, só estão seis aqui. Deveriam estar presentes os 19.

Um abraço a vocês, parabéns pela luta.

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Obrigado Claudio. Núria.

A SRA. NÚRIA – Rapidamente, quero dizer e reforçar. Dar parabéns a todos, é uma participação de qualidade. Essa é uma das regiões que têm uma mobilização histórica já em torno da regularização fundiária, vocês são grandes batalhadores e a gente reconhece isso.

Bom fim de semana para todos, vamos para a luta. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Relator Nabil.

O SR. NABIL BONDUKI – Não vou repetir os parabéns, porque realmente todos já falaram, mas foi uma das melhores audiências públicas regionais que nós tivemos, com muitas propostas, muita coisa organizada, documentos, uma visão clara. Isso ajuda muito o nosso trabalho.

Queria dizer para vocês, reforçando o que foi falado pela Subprefeita, que o problema não é do zoneamento, da zona. Porque as zonas, mesmo que sejam de proteção, são zonas mistas de proteção, que permitem implantação de equipamento. O problema que se tem é o da via, não o Plano Diretor, mas o zoneamento (Ininteligível) estabeleceu restrições para uso de MS2, em vias estreitas e locais. Isso está sendo mudado pelo artigo 253, parágrafo 4º, que está nas disposições transitórias, que é uma disposição que vale até o

zoneamento.

Então, nós vamos fazer (Ininteligível) nesse assunto uma questão importante que é mudar um dispositivo da Lei 13.875, no Plano Diretor, para poder então viabilizar essa questão que foi levantada. Acho que isso é bastante importante, porque muitas pessoas falaram sobre essa questão aqui.

Queria só reforçar isso, dizer que os outros aspectos, vários deles, têm a ver com o Plano Diretor, como diretrizes. Mas se não tiver implementação não vai acontecer, quer dizer, regularização, vamos por tudo que puder ser posto no Plano Diretor para regularização. Mas não vai adiantar nada se não tiver ação concreta na Cidade.

O mesmo em relação às ligações viárias. Claro que o Plano Diretor em relação às grandes ligações pode colocar, mas tem que ser desenvolvido no Plano Regional, que é uma segunda etapa, e tem que ser implementado. Temos de saber qual é o limite do Plano Diretor, senão a gente acha que vai resolver todos os problemas no Plano Diretor e não resolve.

Para isso é muito importante o Conselho Participativo que foi eleito, é muito importante também uma maior descentralização. Concordo totalmente. Tenho defendido maior descentralização, mas também o Plano Diretor não vai conseguir regular isso. É uma luta.

Quero dizer para vocês o seguinte: no Plano Diretor vamos tentar avançar em tudo o que for possível, mas a mobilização de vocês, dos conselheiros, dos movimentos e das associações é fundamental para reverter a situação. Acredito que pela mobilização que já tem na região, temos todas as condições de levar adiante essa tarefa, que é fazer da região uma das melhores regiões da Cidade.

Obrigado. Parabéns para vocês, aos nossos companheiros da mesa, ao Vereador Police que presidiu os trabalhos no dia de hoje.

Nós teremos outra oportunidade, nosso calendário é depois de finalizar esse processo, vai finalizar na semana que vem, vamos elaborar um substitutivo e chamar vocês de volta para um debate, para ver o que foi contemplado e o que não foi. Nem tudo se pode

contemplar, mas aquilo que puder ser contemplado, será. Claro que não depende só do relator, tem a Comissão, a Câmara, a ação do Executivo, então, é um grande acordo aqui, mas sem dúvida o fato de ter sido levantado por vocês já é um grande empurrão para ser levado em conta, ser incorporado no Plano Diretor.

Então, bom fim de sábado e domingo para vocês. Vamos ter outra audiência pública daqui a pouco. Essa é a 40ª, foi boa porque é um marco. Mas vamos fazer agora em Santana-Tucuruvi, à tarde; Santo Amaro, na segunda. A discussão da macro área de estruturação metropolitana é muito importante para vocês na segunda de manhã.

Nesse dia vamos discutir dois assuntos: completar a audiência pública da macro zona de proteção ambiental, que tem a ver com a região e fazer a da macro área de estruturação metropolitana. É assunto importante para segunda de manhã.

No dia 19, à noite, vamos apresentar numa audiência, teremos um pouco mais de tempo para falar, porque vamos apresentar a síntese daquilo que foram as 44 audiências públicas. Vai ser bastante importante para que possamos ver o resultado desse processo, avançando para fevereiro quando vamos ter um resultado completo desse trabalho.

Obrigado e boa tarde para vocês. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (José Police Neto) – Agradecendo ao Nabil, vamos encerrar agradecendo a participação de todos que, desde o começo, nos acompanharam; agradecemos à equipe da Câmara Municipal de São Paulo, seja a equipe da secretaria, dos técnicos do assessoramento; agradecemos à Núria e à equipe do Executivo; também à Subprefeita; à equipe do Nabil, minha e de outros Vereadores que estão aí; ao Claudio que não falhou, falou na semana passada que estaria aqui; os demais Vereadores com seus colaboradores.

Agradeço especialmente a vocês, não fosse essa presença, mais de 20 manifestações, não teria nenhum sentido a audiência. Nós levamos daqui recomendações muito claras de que a Cidade é injusta porque não produzimos a lei que consiga equilibrar isso.

O esforço que o Nabil e a equipe vão fazer é exatamente esse: conseguir ir

contemplando a cada momento, a cada segundo, o que está sendo apresentado para nós. Nem tudo comporta no Plano Diretor, por isso sempre é bom ter a Subprefeita conosco, os técnicos do Executivo, para também irmos separando o que não é de Plano, mas tem que ter uma atenção do setor público.

Mas agradecer verdadeiramente a presença de vocês. Sabemos que levarão um pouco desse debate para suas casas, vão dizer para as pessoas do debate do dia de hoje e motivem essas pessoas a participarem das outras discussões.

Da mesma forma, motivem-se os nossos conselheiros participativos a dialogarem sempre com as suas comunidades. A tese de ter um Conselho por distrito é fundamental para que, no futuro, as decisões sejam tomadas por esses conselheiros que são os vereadores dos bairros.

Para nós está claro que daqui há pouco a decisão do subprefeito vai nascer dessa unidade da sociedade dos bairros, as decisões de como e onde implantar os equipamentos vão sair disso, as subprefeituras já estão começando a fazer diálogo de plano de obras a partir desses conselheiros. É muito importante que os conselheiros assumam de fato esse papel protagonista da gestão democrática da Cidade. Assim quero encerrar agradecendo a todos vocês que vieram aqui.

Não havendo nada mais a ser tratado no dia de hoje, dou por encerrada a 40ª audiência pública do Plano Diretor da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Tenham todos uma boa tarde.